

CEPERJ SEEDUC

PRODUTO 1

O impacto da pandemia no abandono escolar:
uma análise para o estado do Rio de Janeiro

Tiago Bartholo
Daniel Castro
Felipe Andrade



CEPERJ



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Rio20
É HORA DE AGIR **30**

EXPEDIENTE

*Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado da Casa Civil
Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação
de Servidores Públicos do Rio de Janeiro.*

Governador

Cláudio Bonfim de Castro e Silva

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

Nicola Moreira Miccione

PRESIDÊNCIA DA FUNDAÇÃO CEPERJ

Gabriel Lopes

VICE PRESIDÊNCIA DA FUNDAÇÃO CEPERJ

Marcello Coimbra Costa

DIRETORIA DO CEEP

Thiago Lorangeira

COORDENADORIA DE POLÍTICAS SOCIAIS

Nathália Emygdia de Andrade

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

Rafael Thompson de Farias

SUBSECRETARIA DE INTEGRAÇÃO SOCIOGOVERNAMENTAL E DE PROJETOS ESPECIAIS

Roberta Barreto de Oliveira

SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Alexandre Valle

SUBSECRETÁRIO EXECUTIVO

Alexandre Gurgel

SUBSECRETÁRIA DE GESTÃO DE ENSINO

Ana Valéria da Silva Dantas

SUPERINTENDÊNCIA RJ PARA TODOS

Gilvania de Souza Coutinho

EQUIPE TÉCNICA

Antônio Marques Ferreira Neto

Desirée Rosalino Marques

Karina Almeida dos Santos

Marcelo Borel

Marina Marins Moretoni

Monique Rocha Nascimento

Samara Sthefani Oliveira Marques Martins

Thaylla Regina Frazão de Assumpção

Thiago Brandão Peres

Vanessa Marins Amado Henriques

Tayara Causanilhas

REVISÃO

Laís Martins da Costa Ribeiro

PROJETO GRÁFICO

Priscila Cardoso Barboza

SUMÁRIO

Resumo	3
Principais resultados	4
1. Introdução	7
2. Questões e hipóteses do estudo	11
3. Objetivos específicos	12
4. Produtos e Cronograma atualizado	13
5. Impacto da pandemia nas taxas de abandono escolar no estado do Rio de Janeiro entre 2017 e 2021	15
5.1. Descrição das Taxas de Abandono entre 2017 e 2021	16
5.2. Taxa de abandono escolar para escolas localizadas nas zonas rurais e urbanas	22
5.3. Taxa de abandono escolar para escolas da rede pública e privada	28
5.4. As taxas de abandono na Rede Pública Estadual do Rio de Janeiro	34
6. O efeito da pandemia na Taxa Líquida de Matrícula (TLM)	41
6.1 Taxa Líquida de Matrícula em 2021 nas Unidades Federativas	42
6.2 Taxa Líquida de Matrícula no estado do Rio de Janeiro entre 2017 e 2021	55
7. Conclusão	62
Referências	65
Apêndice 1: Taxa Líquida de Matrícula: a diferença entre os anos de 2019 e 2021	70
Apêndice 2: Taxa Bruta de Matrícula	87

RESUMO

O relatório analisa os efeitos da pandemia da Covid-19 no abandono escolar no estado do Rio de Janeiro. Para isso, utiliza dados do Censo Escolar disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) entre 2017 e 2021 e das projeções populacionais por idade calculadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As análises apresentam diferentes indicadores que permitem compreender o fenômeno do abandono escolar, a saber: a) indicador de abandono escolar, calculado pelo Inep; b) Taxa Líquida de Matrícula (TLM) e, c) Taxa Bruta de Matrícula (TBM). Os indicadores são calculados para diferentes regiões do país, tipo de dependência (privada e pública) e localização das escolas nas zonas urbana e rural. O documento busca responder três questões principais: 1) Qual é o impacto da pandemia no abandono escolar no estado do Rio de Janeiro?; 2) As taxas de abandono escolar no estado do Rio de Janeiro, antes e depois da pandemia, são de magnitude semelhante à observadas em outras regiões do Brasil? e; 3) A pandemia gerou maior pressão por novas matrículas nas redes públicas estadual e municipal no Rio de Janeiro?

As análises apresentam dados para todas as etapas da Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Mesmo sabendo que a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (Seeduc RJ) não tem responsabilidade pela oferta de matrículas na Educação Infantil e apresenta um número reduzido para os anos iniciais do ensino fundamental, as análises para todas as etapas trazem um diagnóstico completo dos efeitos da pandemia sobre o abandono na Educação Básica. Essas informações podem ajudar a Seeduc RJ a fomentar programas de cooperação, suporte e planejamento para as secretarias municipais de educação no estado do Rio de Janeiro.

As análises estão divididas em dois capítulos. O primeiro apresenta a série histórica para o indicador de abandono escolar calculado pelo Inep e compara as taxas do estado do Rio de Janeiro com outras regiões do país. Os dados são importantes para identificar uma associação entre o evento da pandemia e um possível aumento nas taxas de abandono, além de comparar os padrões de abandono no estado do Rio de Janeiro com outras regiões. O segundo capítulo apresenta uma série histórica do indicador que calcula a TLM e TBM para o estado do Rio de Janeiro e demais regiões do país. Esse indicador é complementar ao indicador de abandono escolar e permite um outro olhar sobre o fenômeno do abandono escolar durante a crise da pandemia. As interpretações consideram as variações na TLM entre as redes pública e privada e analisam o fenômeno do abandono escolar e mostram evidências de maior pressão por vagas nas redes públicas de ensino durante a pandemia.

A parte final do documento apresenta uma breve conclusão com os principais resultados do estudo e recomendações para os gestores públicos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

1. Os dados da série histórica analisados entre 2017 e 2021 para o indicador de abandono escolar sugerem uma associação entre a interrupção das atividades presenciais nas escolas durante a pandemia e um aumento do abandono escolar no Brasil e no estado do Rio de Janeiro.
2. O indicador de abandono escolar sugere que a magnitude dos efeitos da pandemia no abandono escolar variou dependendo da faixa etária dos alunos. Na média, observamos efeitos mais acentuados para as crianças matriculadas na Educação Infantil, em especial para as crianças de 4 e 5 anos que frequentam a pré-escola.
3. Os padrões do indicador de abandono escolar antes e durante a pandemia para o estado do Rio de Janeiro estão em linha com as tendências descritas na região Sudeste e em grande medida no Brasil.
4. Os dados sugerem que boa parte da variação no abandono escolar captado pelo indicador do Inep no ano de 2020, pode ser explicado pela variação observada na rede privada. Em outras palavras, os dados mostram um abandono maior na rede privada de ensino no primeiro ano da pandemia.
5. Há indícios de subnotificação de abandono escolar no indicador calculado pelo Inep, em especial no ano de 2020 para os dados da rede pública de ensino. Por exemplo, o indicador de abandono calculado pelo Inep sugere um pico de abandono na rede privada em 2020 e um retorno aos patamares pré pandemia em 2021. No entanto, os dados da rede pública têm comportamento distinto, com estabilidade ou até queda no abandono em 2020 e um aumento em 2021. Esse resultado é pouco plausível, uma vez que os efeitos da pandemia na educação foram maiores em 2020, com um número maior de semanas com as escolas fechadas para atividades presenciais. Isso reforça a hipótese de subnotificação em 2020, em especial nos dados da rede pública.
6. A série história da Taxa Líquida de Matrícula sugere resultados em linha com o indicador de abandono escolar do Inep. Há evidências de uma associação entre a pandemia da Covid-19 e a queda nas Taxas Líquidas de Matrícula. As matrículas na Educação Infantil e anos iniciais do ensino fundamental foram as que apresentaram as maiores quedas.
7. A Taxa Líquida de Matrícula no estado do Rio de Janeiro apresenta padrão semelhante ao observado no Brasil, exceto para os adolescentes entre 15 e 17 anos. Nesse faixa etária, o estado do Rio de Janeiro apresentou pequena queda na Taxa

Líquida de Matrícula. Não obstante, o estado tem uma das maiores Taxas Líquida de Matrícula no país para essa faixa etária. Essa posição de destaque pode explicar parte da queda – fenômeno conhecido como regressão a média.

8. As análises preliminares sugerem que a crise da pandemia gerou maior pressão na rede pública por novas vagas. As quedas no número total de matrículas na rede privada entre 2019 e 2021 são claras em todas as faixas etárias. Esse movimento foi mais intenso entre as crianças matriculadas na Educação Infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Ao longo do mesmo período, a rede pública vivenciou um aumento no número total de vagas em todas as etapas, exceto na creche. Esse aumento foi mais intenso nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio.
9. Os resultados sobre abandono escolar apresentados nesse relatório estão em linha com as principais evidências internacionais e nacionais sobre os efeitos da pandemia no abandono ao sugerirem que os impactos maiores foram para as crianças pequenas e para os adolescentes no ensino médio.
10. Os dados apresentados sugerem uma piora na qualidade do registro sobre a matrícula dos alunos e sua frequência ou abandono. É fundamental que as redes de ensino monitorem os indicadores de abandono escolar, evasão escolar e Taxa Líquida de Matrícula ao longo de 2022 e 2023 para compreender melhor os efeitos da pandemia no curto e médio prazo no acesso à escola de crianças e jovens.
- 11- Os resultados reportados reforçam a importância da implementação de programas de busca ativa com foco nos alunos em situação de maior vulnerabilidade social e das crianças na Educação Infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Outros programas comprovadamente eficazes que aumentam a chance de permanência dos alunos na escola também são importantes nesse contexto de reversão de uma tendência histórica de aumento das Taxas Líquidas de Matrícula em diferentes etapas da Educação Básica.

1. INTRODUÇÃO

Em resposta ao surto de Covid-19, governos de mais de 190 países suspenderam o ensino presencial nas escolas, afetando quase 94% da população estudantil do mundo (UNESCO, 2020). A duração do fechamento das escolas variou entre os diferentes países e gerou preocupações sobre as consequências para a aprendizagem dos alunos, aumento da desigualdade de aprendizagem e abandono escolar (VOZES DA EDUCAÇÃO, 2021; GOMES et al., 2021; WORLD BANK, 2021). Esse cenário, sem precedentes no último século, irá potencialmente exacerbar as desigualdades educacionais no Brasil e seus efeitos ainda são desconhecidos para a imensa maioria dos municípios.

Globalmente, as escolas permaneceram fechadas por 224 dias, mas os números variaram muito comparando diferentes regiões e países (WORLD BANK, 2021). Por exemplo, no Brasil, a maioria das escolas públicas permaneceu fechada durante quase todo o ano letivo de 2020 e começou a reabrir lentamente em 2021. No entanto, o retorno na rede pública foi muito desigual, com algumas redes começando a reabrir no segundo semestre de 2020 e outras doze meses depois (FCC, 2021; BARBIERIA; CANTANELLI; SCHMALZ, 2021).

A pandemia trouxe enormes desafios para as redes públicas de ensino e os principais estudos nacionais e internacionais sugerem quatro efeitos principais na educação. Primeiro, um ritmo de aprendizado mais lento durante o período de interrupção das atividades presenciais. Segundo, um aumento das desigualdades de aprendizagem ao longo de 2020 e 2021. Isso significa que os alunos em situação de maior vulnerabilidade social foram mais fortemente impactados e aprenderam menos do que seus pares. A perda de vínculo com a escola, em especial dos alunos em situação de maior vulnerabilidade social, gerou aumento no abandono escolar em 2020, o que pode prejudicar a trajetória e futuro de muitos jovens caso não retornem para a escola. Por fim, as mudanças na rotina durante o período de interrupção das atividades presenciais nas escolas impactaram negativamente a saúde mental e o bem-estar dos alunos (CAMPOS; VIEIRA, 2021; FCC, 2021; ENGZELL ET AL., 2021; STRINGER; KEYS, 2021; HOWARD ET AL., 2021; MALDONADO; DE WITTE, 2020; WORLD BANK, 2021; ROSE et al., 2021; BARNETT; JUNG, 2020; PASCAL et al., 2020; PATRINOS et al., 2022; BARTHOLO; KOSLINSKI, 2022).

Muitos países tentaram mitigar as perdas de aprendizado fornecendo instruções remotas usando plataformas assíncronas ou síncronas. Diferentes estratégias de ensino remoto têm sido avaliadas na aprendizagem, especialmente em países desenvolvidos, com resultados mistos sobre seus benefícios (ENGZELL et al., 2021; EEF, 2020, CARLANA; LA FERRARA, 2021).

Os estudantes de famílias desfavorecidas tiveram menos oportunidades de aprender durante o fechamento das escolas. O ensino a distância foi implementado na maioria dos países, inclusive de renda per capita média e baixa. No entanto, a qualidade e o suporte para a

transição para o aprendizado remoto eram limitados. Os dados coletados durante a pandemia mostram que as crianças de nível socioeconômico mais baixo eram menos propensas a se envolver e se beneficiar do aprendizado remoto. Os principais motivos são a falta de conectividade, dispositivos, sala para estudar e apoio dos pais ou cuidadores. É um cenário desafiador que provavelmente aumentará a lacuna de aprendizagem e produzirá um impacto de médio a longo prazo na educação (CAMPOS; VIEIRA, 2021; FCC, 2021).

Pesquisadores de todo o mundo estão tentando responder a três questões principais:

1. O impacto do fechamento da escola na aprendizagem;
2. O impacto do fechamento da escola nas desigualdades de aprendizagem;
3. O impacto do aprendizado remoto durante o fechamento da escola;

Um número crescente de estudos usando dados reais das coortes Covid-19 pode fornecer um diagnóstico inicial das crises atuais. Por exemplo, Stringer e Keys (2021) produziram uma revisão sistemática encomendada pelo governo do Reino Unido e avaliaram mais de 60 estudos publicados com dados da Europa. O resumo das evidências internacionais sugere que os alunos afetados pelo fechamento de escolas no segundo trimestre de 2020 perderam de 2 a 3 meses em comparação com os marcos acadêmicos que suas coortes deveriam alcançar. Os pesquisadores também destacam que as perdas foram maiores em matemática do que em leitura, e os alunos jovens tendem a ser mais afetados negativamente do que os colegas mais velhos. Outra revisão sistemática financiada pelo Banco Mundial analisou 36 estudos que estimaram perdas no aprendizado entre março de 2020 e março de 2021. Os resultados sugerem efeitos médios de 0,17 desvio padrão – entre um terço e metade do aprendizado esperado para um ano letivo (PATRINOS et al., 2022).

A maioria das evidências robustas produzidas até agora usou dados coletados durante a pandemia em países desenvolvidos na Europa e nos Estados Unidos. Um estudo usando dados coletados no México para estudantes entre 10 e 15 anos sugere um impacto negativo maior de acordo com o NSE da família em uma faixa de desvio padrão de 0,34-0,45 em leitura e 0,62-0,82 em matemática (HEVIA ET AL., 2022). Na América do Sul, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo encomendou um estudo (não revisado por pares) e o tornou público até o final de 2020. A análise apresentou um desenho de séries temporais interrompidas e estimou o impacto do fechamento de escolas em crianças de 11-12 e 14-15. Os resultados sugerem que, em média, os alunos aprenderam apenas 28% do que teriam em condições normais de aulas presenciais. O estudo sugere também um impacto maior para alunos em situação de maior vulnerabilidade e um risco maior de evasão – mais de três vezes (SEDUC-SP, 2021; LICHAND et al., 2021).

No Rio de Janeiro e em Sobral, a equipe de pesquisadores do Laboratório de Pesquisa em Oportunidades Educacionais da UFRJ, analisou o impacto da pandemia em três di-

mensões do desenvolvimento infantil, a saber, o aprendizado (linguagem e matemática), a aptidão física e habilidade motora e o desenvolvimento socioemocional. As amostras eram compostas por crianças matriculadas nas redes pública, conveniada e privada que estavam fazendo a transição da educação infantil para o ensino fundamental (idades entre 5 e 6 anos). Os resultados indicam efeitos maiores na defasagem para crianças matriculadas na rede pública, de -0.72 desvios padrão para linguagem e -0.56 para matemática. O estudo analisou também o efeito agregado de dois anos de pandemia (anos de 2020 e 2021) e estimou efeitos cumulativos de, aproximadamente, -1 desvio padrão para linguagem e matemática – aproximadamente 12 meses de aprendizado para a amostra analisada. Em ambas as amostras, no Rio de Janeiro e Sobral, os resultados sugerem uma ampliação das desigualdades de aprendizagem (KOSLINSKI; BARTHOLLO, 2020; BARTHOLLO; KOSLINSKI, 2021; 2022).

A escassez de estudos no Brasil é uma preocupação genuína, especialmente para os estudantes que moram em cidades de menor porte, por exemplo, municípios de até 100 mil habitantes – aproximadamente 94,2% dos municípios brasileiros. A publicação e ampla divulgação dos resultados do Saeb 2021 será a principal janela de oportunidade para a elaboração de um amplo diagnóstico nacional sobre a maior crise já documentada da educação brasileira. Será também uma oportunidade única para pautar dois temas fundamentais para a agenda educacional nos próximos anos, a saber, um plano de recuperação do aprendizado e estratégias claras para a redução das desigualdades educacionais que foram ampliadas ao longo dos anos de 2020 e 2021.

2. QUESTÕES E HIPÓTESES DO ESTUDO

O relatório tem como objetivo responder três questões principais:

- 1- Qual foi o efeito da pandemia no abandono escolar no Estado do Rio de Janeiro? A hipótese principal da equipe é que a interrupção das atividades presenciais durante o ano de 2020 e 2021, mesmo que parcialmente, gerou perda de vínculo dos alunos com a escola e impactou negativamente as taxas de abandono escolar.
- 2- O padrão descrito no abandono escolar no estado do Rio de Janeiro é semelhante ao observado em outros estados e regiões do país? A hipótese principal da equipe de pesquisadores é que a pandemia gerou um aumento do abandono escolar no estado do Rio de Janeiro, mas que seus efeitos devem ser de magnitude semelhante ao observado em outros estados da região sudeste e provavelmente menores do que o observado na média nacional.
- 3- A pandemia gerou maior demanda por matrícula na rede pública do Estado do Rio de Janeiro? A hipótese principal da equipe de pesquisadores indica que durante a interrupção das atividades presenciais em 2020, muitas escolas da rede privada perderam alunos ou simplesmente fecharam (pediram falência), o que gerou uma pressão maior por vagas na rede pública de ensino (escolas públicas estaduais e municipais).

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O relatório apresenta sete objetivos específicos:

Descrever o fenômeno do abandono escolar no Estado do Rio de Janeiro entre 2017 e 2021 para diferentes etapas da educação básica.

Comparar o fenômeno do abandono escolar no Estado do Rio de Janeiro entre 2017 e 2021 com as cinco regiões do país e a média nacional.

Descrever o fenômeno do abandono escolar no Estado do Rio de Janeiro entre 2017 e 2021 considerando diferenças nas dependências (rede privada, pública municipal e pública estadual).

Descrever as Taxas Líquida de Matrícula no estado do Rio de Janeiro entre 2017 e 2021 para diferentes etapas da educação básica

Comparar as Taxas de Líquida de Matrícula do estado do Rio de Janeiro com todos os estados da federação entre 2019 e 2021.

Estimar o impacto da pandemia no abandono escolar no estado do Rio de Janeiro utilizando valor predito e observado na série histórica.

Analisar o impacto da pandemia no aumento da pressão nas redes públicas de ensino por vagas, comparando diferentes etapas do ensino básico.

4. PRODUTOS E CRONOGRAMA ATUALIZADO

O cronograma de trabalho e produtos descritos divide as tarefas em agrupamento dos dados, limpeza das informações, análise e elaboração do produto a ser entregue para a SEEDUC/RJ e as Diretorias Regionais de Educação. Com isso, cada etapa produzirá um documento técnico que, tanto auxilia no acompanhamento e desenvolvimento dos trabalhos e cumprimento do cronograma, como também fornece subsídios científicos para produção de políticas públicas antes mesmo da entrega dos relatórios finais. Esse relatório apresenta as análises e interpretações referentes ao Produto 1.

Abaixo o cronograma dos produtos pactuados:

PRODUTOS	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22	dez/22
PRODUTO 1 – Abandono escolar: comparação de taxa de matrícula bruta e líquida entre os estados brasileiros para os anos de 2018, 2019, 2020 e 2021. Documento único.	X						
PRODUTO 2 – Abandono escolar no estado do Rio de Janeiro: análises de cenário de taxa de matrícula bruta e líquida discriminado para as Diretorias Regionais Seeduc RJ. Documento único.	X						
PRODUTO 3 – Desigualdade educacional antes da pandemia: Análise da influência dos fatores socioeconômicos nos resultados do Saeb do ensino fundamental e médio. Documento único Seeduc RJ.		X	X				

PRODUTOS	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22	dez/22
PRODUTO 4 – Análise de impacto da pandemia no aprendizado. Desenho de série histórica interrompida dos últimos 10 anos do Saeb (2011 a 2021). Estima os efeitos da interrupção das atividades presenciais no Ideb, proficiência em Língua Portuguesa e Matemática. Documento será entregue até 14 dias da publicação dos dados do Ideb 2021 pelo Inep.				X			
PRODUTO 5 – Análise de impacto da pandemia no aprendizado para todas as 15 Regionais da Seeduc RJ. Estima os efeitos da interrupção das atividades presenciais no Ideb, proficiência em Língua Portuguesa e Matemática.				X	X	X	
PRODUTO 6 – Coleta de dados primária sobre a saúde mental dos profissionais de educação da Seeduc RJ. Amostra probabilística que será calculada pela equipe de pesquisadores. Instrumentos serão o GAD-7 (Transtorno de Ansiedade) e PHQ-9 (Risco de episódio depressivo).				X	X	X	
PRODUTO 7 – Devolutivas pedagógicas com gestores, diretores de escolas e professores da SEEDUC/RJ para apresentação dos resultados.	X		X		X		X

5. IMPACTO DA PANDEMIA NAS TAXAS DE ABANDONO ESCOLAR NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO ENTRE 2017 E 2021

O objetivo desta seção é apresentar as taxas de abandono para o ensino fundamental e para o ensino médio. Calculadas com base no Censo Escolar/Inep, as taxas de aprovação, reprovação e abandono, são importantes indicadores da trajetória escolar dos estudantes nas redes públicas e privadas do país. Mais especificamente, o abandono escolar é caracterizado quando o estudante deixa de frequentar a escola antes do término do ano letivo e sem trancamento ou transferência da matrícula. Cabe destacar que o Inep não calcula as taxas de abandono escolar para a Educação Infantil – pré-escola e creche.

Mesmo após dois anos do início da pandemia, ainda sabemos pouco sobre os efeitos da interrupção das atividades presenciais em decorrência da pandemia nas taxas de abandono escolar e Taxa Líquida e Bruta de Matrículas nas redes pública e privada de ensino. Esse relatório descreve as taxas de abandono e as Taxas Líquida e Bruta de Matrícula antes e depois da pandemia e estima os efeitos da interrupção das atividades presenciais no abandono escolar. O documento apresenta análises e recomendações para gestores públicos e tem como objetivo principal qualificar o debate público sobre educação, ajudar a tomada de decisão por parte dos gestores públicos e auxiliar na elaboração de um plano para mitigar os efeitos da pandemia na educação. Acreditamos na formulação e implementação de políticas educacionais baseadas em evidências e estamos interessados em apresentar análises que possam subsidiar a tomada de decisão por parte da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro. O documento também pode ajudar no esforço da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro em promover uma política de colaboração e apoio às secretarias municipais de educação.

Essa seção apresenta as taxas de abandono para o ensino fundamental (primeira e segunda etapas) e ensino médio no período entre 2017 e 2021 com base nos seguintes marcadores: a) taxa de abandono escolar total; b) taxa de abandono escolar para as redes pública e privada de ensino ; c) taxa de abandono escolar para escolas localizadas nas zonas rural e urbana e: d) taxa de abandono escolar para as redes estaduais. Todos os dados serão descritos comparando as taxas de abandono no estado do Rio de Janeiro com a média nacional e outras regiões do país. A série histórica permite descrever e analisar os padrões na taxa de abandono escolar antes e depois da pandemia.

5.1. Descrição das Taxas de Abandono entre 2017 e 2021

As análises nessa seção apresentam as taxas de abandono média para as diferentes regiões do país e para o estado do Rio de Janeiro para a primeira e segunda etapas do ensino fundamental e ensino médio. Esses resultados são importantes, pois apresentam uma tendência mais geral do fenômeno do abandono no país ao longo dos últimos cinco anos. A série histórica apresenta dados mais recentes dos últimos 5 anos disponibilizados pelo Inep para os últimos cinco anos – taxa de abandono escolar entre 2017 e 2021.

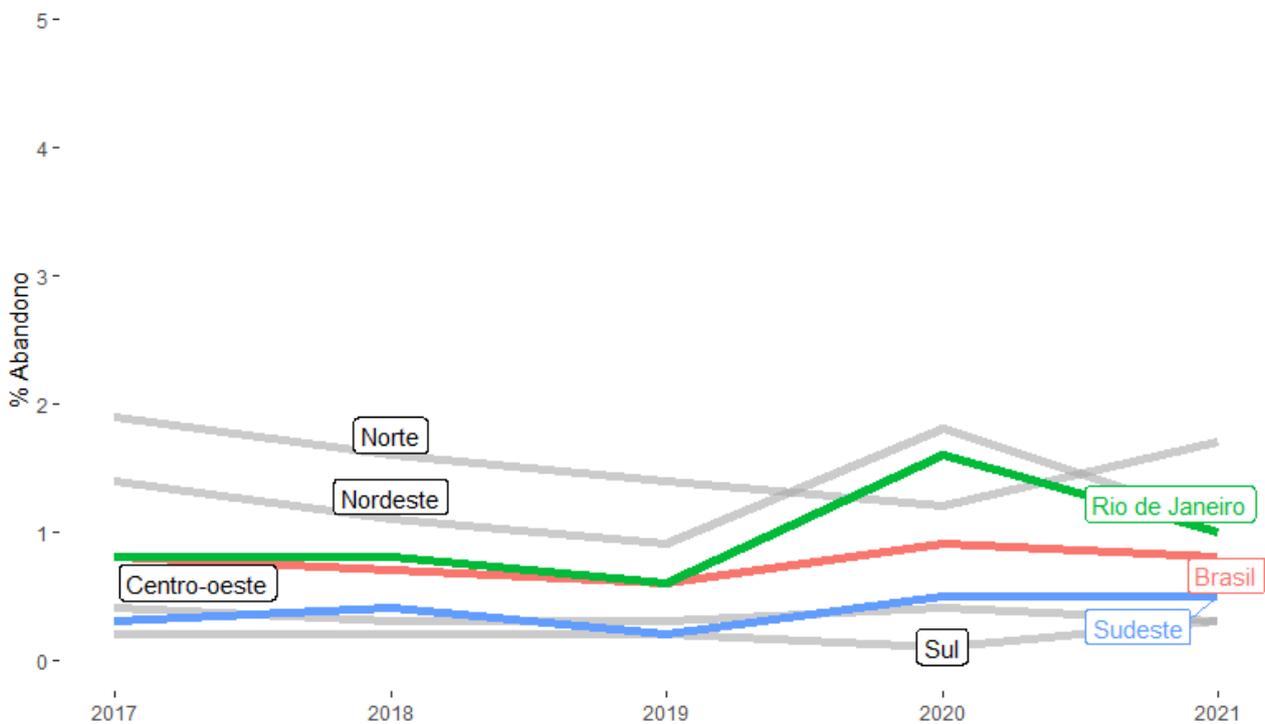
A Tabela 1 apresentam a taxa de abandono para os anos iniciais do ensino fundamental para o estado do Rio de Janeiro, Brasil e demais regiões. O Gráfico 1 apresenta os mesmos dados colocando em destaque as taxas de abandono para o estado do Rio de Janeiro, Brasil e a região sudeste.

Tabela 1: Taxa de abandono na primeira etapa do ensino fundamental (1º ao 5º ano).

	Taxa de abandono				
	2017	2018	2019	2020	2021
Rio de Janeiro	0,8	0,8	0,6	1,6	1,0
Brasil	0,8	0,7	0,6	0,9	0,8
Sudeste	0,3	0,4	0,2	0,5	0,5
Sul	0,2	0,2	0,2	0,1	0,3
Centro-oeste	0,4	0,3	0,3	0,4	0,3
Nordeste	1,4	1,1	0,9	1,8	1,1
Norte	1,9	1,6	1,4	1,2	1,7

Fonte: Censo Escolar/Inep.

Gráfico 1: Taxa de abandono na primeira etapa do ensino fundamental (1º ao 5º ano)



Fonte: Censo Escolar/Inep.

Os dados para os anos iniciais do ensino fundamental sugerem que houve redução no abandono de estudantes de 2017 a 2019 em todos os grupos analisados. Esse é um ponto relevante que merece destaque: as taxas de abandono no estado do Rio de Janeiro e demais regiões do país, em sua maioria, mostravam uma tendência de declínio nos anos anteriores à pandemia (2017, 2018 e 2019). No entanto, observamos um aumento no ano de 2020, quando vivenciamos o início da pandemia. Na média, no Brasil, a taxa de abandono para os anos iniciais apresentou um aumento relativo de 50% – aumentando de 0,6% para 0,9%. O estado do Rio de Janeiro apresentou um aumento de 250% – aumentando de 0,6% para 1,6%. Todas as regiões do país apresentaram padrão semelhante, exceto as regiões norte e sul. Importante salientar que o aumento mais acentuado é observado na região nordeste e no estado do Rio de Janeiro.

No caso do Rio de Janeiro, 1% das crianças matriculadas nos anos iniciais do ensino fundamental em 2021 correspondem a aproximadamente 11 mil crianças a menos nas escolas. Cabe destacar, ainda, que o Rio de Janeiro aparece consistentemente com taxas de abandono mais altas que a média da região sudeste, o que é um ponto que merece atenção e estudos mais aprofundados para compreender as diferenças descritas. Importante ressaltar que os dados apresentados na Tabela 1 descrevem todas as matrículas

para a etapa correspondente e não discriminam por tipo de dependência – rede privada ou rede pública municipal, estadual ou federal.

Esse aumento na média nacional e no estado do Rio de Janeiro é seguido por queda proporcional no ano posterior (2021). É possível que parte dos estudantes que abandonaram a escola durante o fechamento das unidades para atividades presenciais tenha retornado quando as atividades presenciais voltaram a serem oferecidas. Interessante notar que as únicas duas regiões que tinham apresentado uma queda nas taxas de abandono em 2020 (norte e sul do país), apresentaram aumento das taxas de abandono em 2021. Outro ponto de atenção é em relação a qualidade do dado enviado pelas escolas e processado pelo Inep. Sabemos que o fechamento das escolas em 2020 ocorreu por volta da terceira semana de março e muitos argumentam que a qualidade da informação divulgada em 2020 é ruim, porque as escolas não sabiam ao certo quais crianças estavam participando das atividades remotas oferecidas pelas redes de ensino. Devemos, portanto, analisar os dados com cautela e considerar a tendência como um todo nas taxas de abandono e não apenas os dados de 2020.

As regiões norte e nordeste aparecem com valores médios maiores para as taxas de abandono no Brasil durante todo o período de 2017 a 2021, reforçando achados de outros estudos que sugerem desigualdades educacionais marcadas pelo território.

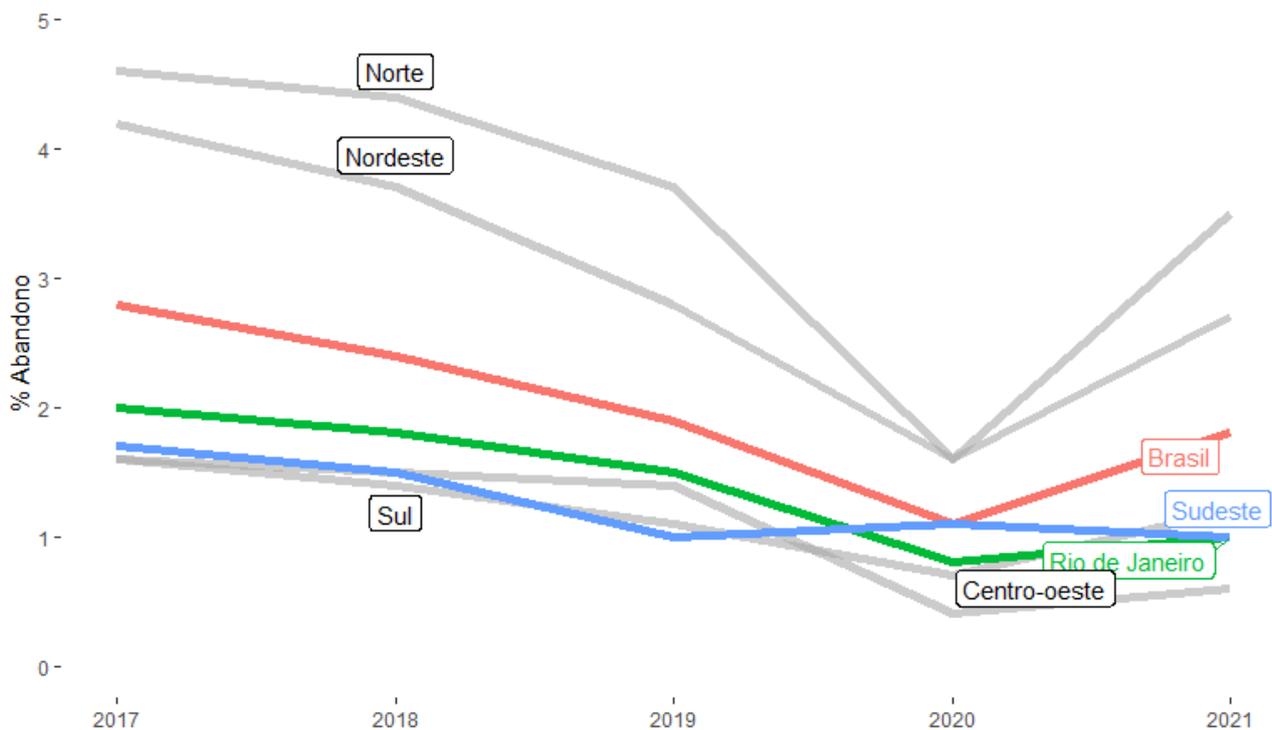
A Tabela 2 apresenta a taxa de abandono para os anos finais do ensino fundamental para o estado do Rio de Janeiro, Brasil e demais regiões do país. O Gráfico 2 apresenta os mesmos dados e destaca as taxas de abandono para o estado do Rio de Janeiro, Brasil e a região sudeste.

Tabela 2: Taxa de abandono na segunda etapa do ensino fundamental (6º ao 9º ano).

	Taxa de abandono				
	2017	2018	2019	2020	2021
Rio de Janeiro	2,0	1,8	1,5	0,8	1,0
Brasil	2,8	2,4	1,9	1,1	1,8
Sudeste	1,7	1,5	1,0	1,1	1,0
Sul	1,6	1,4	1,1	0,7	1,2
Centro-Oeste	1,6	1,5	1,4	0,4	0,6
Nordeste	4,2	3,7	2,8	1,6	2,7
Norte	4,6	4,4	3,7	1,6	3,5

Fonte: Censo Escolar/Inep.

Gráfico 2: Taxa de abandono na segunda etapa do ensino fundamental (6° ao 9° ano).



Fonte: Censo Escolar/Inep.

O gráfico 2 sugere que os padrões de abandono escolar nos anos finais do ensino fundamental apresentam característica distinta ao descrito para a primeira etapa do ensino fundamental. Aqui, é possível observar uma tendência similar para o Brasil, estado do Rio de Janeiro e demais regiões do país na redução do abandono de estudantes matriculados em escolas públicas ou privadas do ano de 2017 a 2020. No entanto, o estado do Rio de Janeiro, regiões centro-oeste, sudeste e sul apresentaram pouca variação nas taxas de abandono no ano posterior (2021).

Os dados descritivos para o Brasil não sugerem um efeito da pandemia no aumento do abandono escolar, em especial se analisarmos os dados de 2020. Cabe destacar, como já foi previamente mencionado, os dados de 2020 devem ser interpretados com cautela, uma vez que há relatos sobre inconsistência no envio de informações das redes de ensino para o Inep. Uma análise que compara os valores de 2020 e 2021 reforça a hipótese de subnotificação de abandono escolar no primeiro ano da pandemia. Não obstante, o delta entre os anos de 2021 e 2019 (diferença nas taxas de abandono entre os respectivos anos), não sugere um impacto da pandemia nas taxas de abandono. Para todas as regiões temos valores negativos para o delta, exceto para a região sudeste, que apresenta estabilidade. Esse é um resultado importante e que merece análises complementares,

em especial nas taxas de evasão escolar em 2020 e 2021 – indicador de fluxo do Inep que deverá ser publicado no segundo semestre de 2022.

Os padrões descritos para as taxas de abandono escolar nos anos finais do ensino fundamental para o estado do Rio de Janeiro estão em linha com os valores observados para a região sudeste e menores do que a média nacional, o que deve ser interpretado como um resultado positivo. Assim como observado nos anos iniciais do ensino fundamental, as regiões norte e nordeste apresentam as maiores taxas de abandono escolar no país, reforçando desigualdades no território.

A Tabela 3 apresentam a taxa de abandono para os alunos matriculados no ensino médio para o estado do Rio de Janeiro, Brasil e demais regiões do país. O Gráfico 3 apresenta os mesmos dados e destaca as taxas de abandono para o estado do Rio de Janeiro, Brasil e a região sudeste. Importante destacar que a escala no Gráfico 3 é diferente da elaborada para os Gráficos 1 e 2. A razão principal é que a magnitude do fenômeno estudado no ensino fundamental é muito menor do que o observado no ensino médio. Por isso optamos por utilizar uma escala de 5% nos valores descritos no ensino fundamental e 10% no ensino médio.

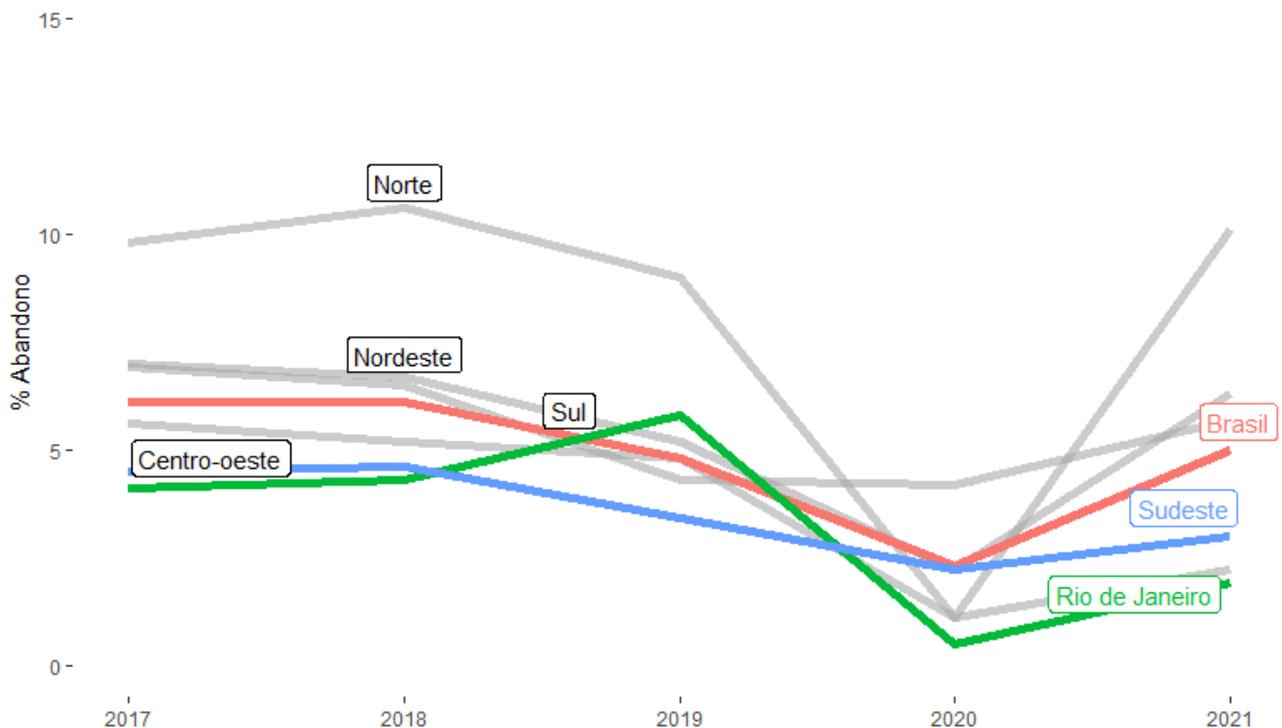
A literatura educacional e documentos oficiais corroboram o argumento apresentando ao indicar que o ensino médio apresenta taxas de abandono escolar, em média, maiores do que o observado no ensino fundamental. Estudantes mais vulneráveis e por vezes com alta distorção idade-série em função de múltiplas reprovações, tem maior probabilidade de abandonar a escola e, por vezes, ingressam no mercado de trabalho informal ou formal sem concluir o ensino médio.

Tabela 3: Taxa de abandono no ensino médio (já fiz a troca de tabela).

	Taxa de abandono				
	2017	2018	2019	2020	2021
Rio de Janeiro	4,1	4,3	5,8	0,5	1,9
Brasil	6,1	6,1	4,8	2,3	5,0
Sudeste	4,5	4,6	3,4	2,2	3,0
Sul	6,9	6,5	4,3	4,2	5,7
Centro-Oeste	5,6	5,2	4,8	1,1	2,2
Nordeste	7,0	6,7	5,2	2,2	6,3
Norte	9,8	10,6	9,0	1,1	10,1

Fonte: Censo Escolar/Inep

Gráfico 3: Taxa de abandono no ensino médio. (já fiz a troca do gráfico)



Fonte: Censo Escolar/Inep.

Um primeiro ponto que merece destaque é que o estado do Rio de Janeiro apresenta taxas de abandono escolar na média menores do que o reportado na região sudeste e no Brasil. Esse é um resultado descritivo que deve ser seguido de análises complementares que ajudem a explicar o resultado.

As taxas de abandono escolar no ensino médio parecem variar em torno de 5 a 7% em diferentes regiões do país e podem estar concentradas em uma série específica ou a uma modalidade do segmento. Cabe notar ainda que entre 2017 e 2019 (série histórica antes da pandemia), todas as regiões do país e o estado do Rio de Janeiro reduziram suas taxas de abandono escolar. Esse é um resultado bastante consistente e que merece ser destacado como uma evolução positiva dos sistemas escolares no país.

Novamente chama a atenção a variação observada nos dados de 2020 – primeiro ano da pandemia. Há um padrão de redução das taxas de abandono nas diferentes regiões do país. Não obstante, outras regiões do país apresentam quedas expressivas, sendo a região norte o melhor exemplo – a taxa de abandono cai de 10% para 1,1% entre 2019 e 2020. Esses números reforçam a cautela com os dados coletados em 2020 e demandam incluir os dados de 2021 para melhor compreender os padrões de abandono escolar.

Os dados de 2021 sugerem um aumento nas taxas de abandono. Por exemplo, a média nacional saltou de 2,3% para 5,0 % e a região norte mais uma vez apresenta as maiores variações. Chama a atenção a queda expressiva observada no estado do Rio de Janeiro entre 2019 e 2020. O valor obtido em 2020 é o menor da série histórica reportada na Tabela 3, que permanece com a menor taxa de abandono em 2021, e deve ser analisado em conjunto com outros dados e evidências que permitam descrever melhor o fenômeno. Esse relatório irá aprofundar as reflexões sobre abandono nos capítulos subsequentes com os cálculos das Taxas Líquida e Bruta de Matrícula para as diferentes etapas de ensino. No caso específico do estado do Rio de Janeiro, os dados para o ensino médio sugerem um aumento das taxas de abandono escolar em 2020 e uma diminuição expressiva, no ano de 2021 – segundo ano da pandemia.

5.2. Taxa de abandono escolar para escolas localizadas nas zonas rurais e urbanas

Nesta parte do relatório, as taxas de abandono escolar são apresentadas considerando a localização das escolas nas zonas rurais e urbanas. Essa é uma informação importante porque usualmente as escolas localizadas nas zonas rurais apresentam pior infraestrutura e resultados educacionais abaixo da média. Trata-se, portanto, de uma segmentação que permite descrever padrões de desigualdade no território nacional e também dentro do estado do Rio de Janeiro.

Para facilitar a visualização das informações, nessa seção optamos por apresentar apenas as tendências do estado do Rio de Janeiro, da região sudeste e média do Brasil. Tal mecanismo permite aferir com mais precisão se houve diferenças significativas nos indicadores das duas localizações (rural e urbana).

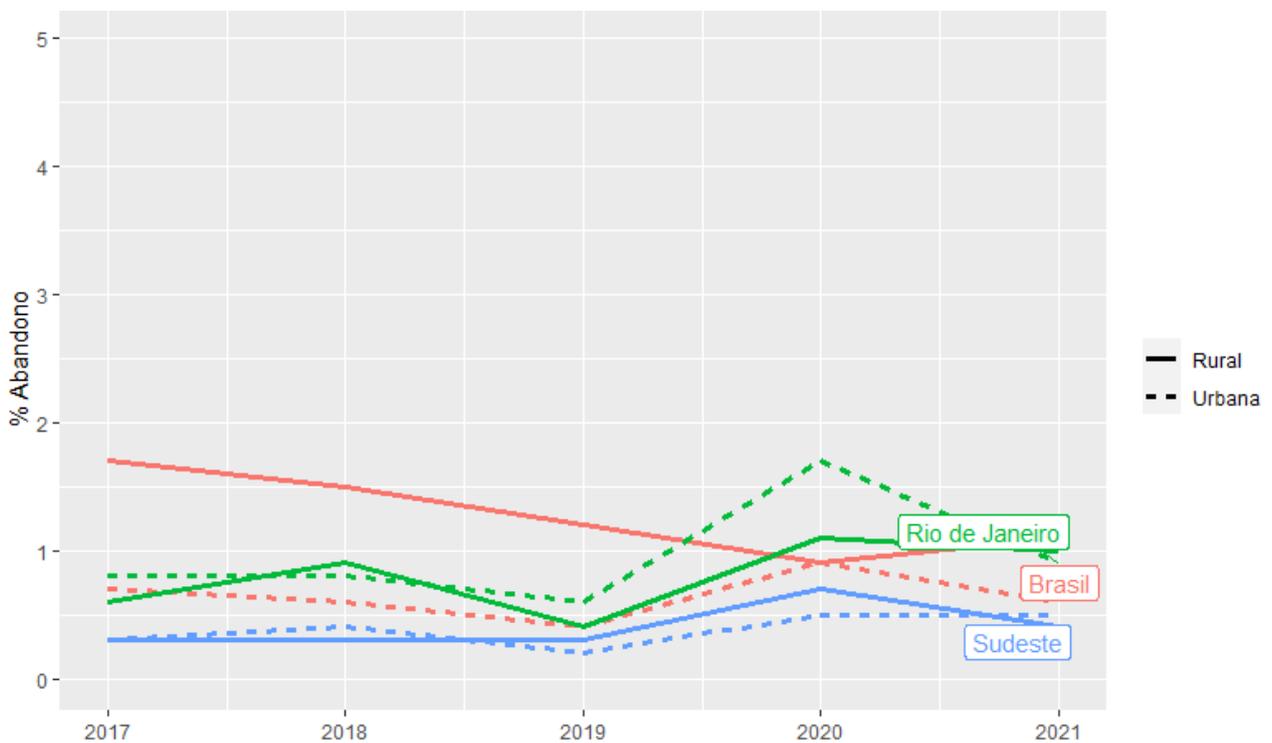
A Tabela 4 apresenta a taxa de abandono para os alunos matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental em escolas localizadas nas zonas rural e urbana. O Gráfico 4 apresenta os mesmos dados e destaca as taxas de abandono para o estado do Rio de Janeiro, Brasil e a região sudeste.

Tabela 4: Taxa de abandono na primeira etapa do ensino fundamental (rural x urbano).

		Taxa de abandono				
		2017	2018	2019	2020	2021
Rio de Janeiro	Urbana	0,8	0,8	0,6	1,7	0,9
Rio de Janeiro	Rural	0,6	0,9	0,4	1,1	1,0
Brasil	Urbana	0,7	0,6	0,4	0,9	0,6
Brasil	Rural	1,7	1,5	1,2	0,9	1,1
Sudeste	Urbana	0,3	0,4	0,2	0,5	0,5
Sudeste	Rural	0,3	0,3	0,3	0,7	0,4

Fonte: Censo Escolar/Inep

Gráfico 4: Taxa de abandono na primeira etapa do ensino fundamental (rural x urbano).



Fonte: Censo Escolar/Inep.

No Gráfico 4 cada unidade contará com duas linhas históricas, ou seja, uma sólida (rural) e outra tracejada (urbana). Para a média da região sudeste e estado do Rio de Janeiro, as linhas correspondentes à zona rural e urbana seguem bem próximas ao longo dos três anos iniciais e há um aumento no ano de 2020. As taxas de abandono permanecem em patamar mais alto no estado do Rio de Janeiro e na região sudeste em 2021, quando comparamos com a série histórica antes da pandemia.

A média do Brasil no estrato rural parte de uma taxa de abandono mais elevada em 2017, mas, no último ano da análise, a média do país está próxima à média da região sudeste e estado do Rio de Janeiro. No estrato urbano, o estado do Rio de Janeiro tem aumento na taxa de abandono no primeiro ano da pandemia, mas com queda proporcional no ano posterior. Para além da dicotomia entre rural e urbana, é importante destacar que alguns estados ou municípios podem contar com redes rurais mais volumosas que outros e, no caso da região norte, com distâncias maiores e acesso mais complexo.

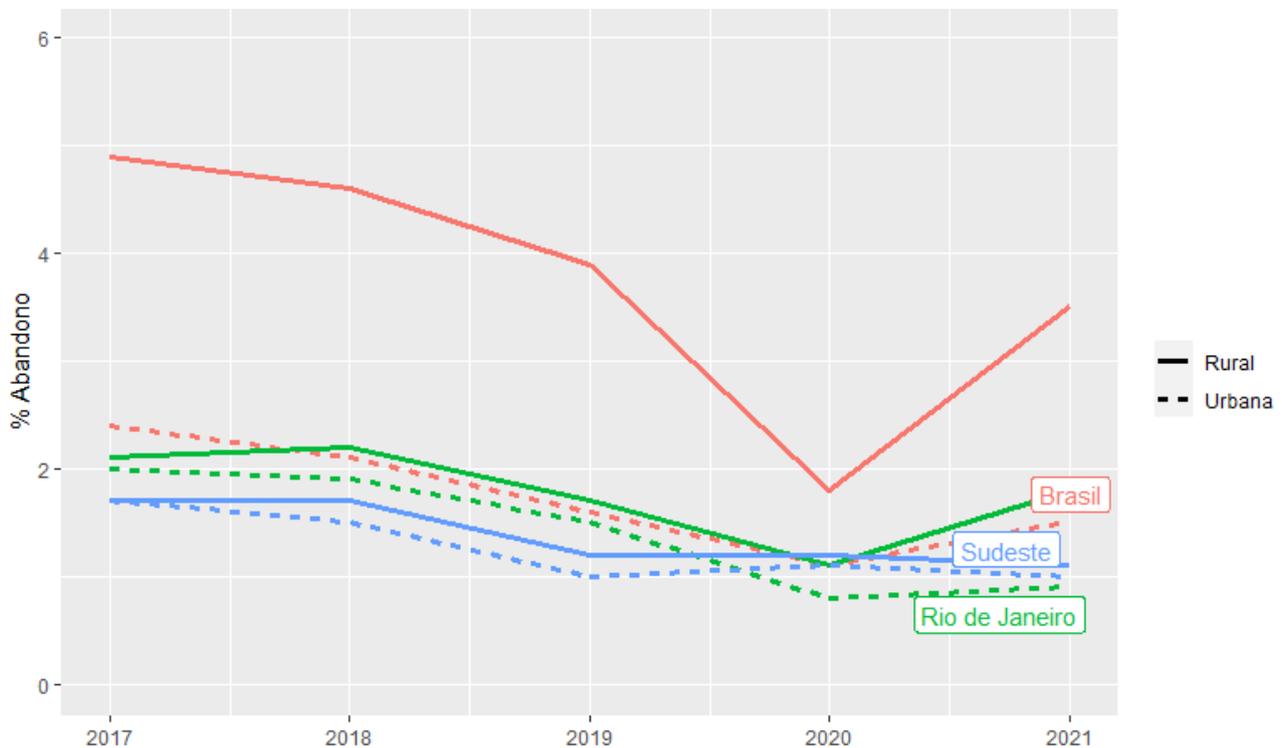
No caso específico do estado do Rio de Janeiro, os dados sugerem que a pandemia gerou um aumento no abandono escolar nos anos iniciais do ensino fundamental. No ano de 2020, primeiro ano da pandemia, esse crescimento parece mais concentrado nas escolas da zona urbana. Ao longo de 2021, os dados mudam um pouco com uma queda no abandono mais acentuada na zona urbana.

A Tabela 5 apresenta a taxa de abandono para os alunos matriculados nos anos finais do ensino fundamental em escolas localizadas nas zonas rural e urbana para o estado do Rio de Janeiro, Brasil e região sudeste. O Gráfico 5 apresenta os mesmos dados e destaca as taxas de abandono para o estado do Rio de Janeiro, Brasil e a região sudeste.

Tabela 5: Taxa de abandono na segunda etapa do ensino fundamental (rural x urbano)

		Taxa de abandono				
		2017	2018	2019	2020	2021
Rio de Janeiro	Urbana	2,0	1,9	1,5	0,8	0,9
Rio de Janeiro	Rural	2,1	2,2	1,7	1,1	1,8
Brasil	Urbana	2,4	2,1	1,6	1,1	1,5
Brasil	Rural	4,9	4,6	3,9	1,8	3,5
Sudeste	Urbana	1,7	1,5	1,0	1,1	1,0
Sudeste	Rural	1,7	1,7	1,2	1,2	1,1

Gráfico 5: Taxa de abandono na segunda etapa do ensino fundamental (rural x urbano)



Fonte: Censo Escolar/Inep.

A análise dos dados agregados para o Brasil mostra padrão semelhante entre os anos iniciais e finais do ensino fundamental. A média nacional para o indicador de abandono, em especial na zona rural, parte de uma porcentagem superior. O estado do Rio de Janeiro e a região sudeste apresentam taxas de abandono consistentemente menores do que a média nacional. Como mencionado na discussão anterior, é possível que fatores como o tamanho da rede e as distâncias geográficas das escolas em relação à moradia dos estudantes expliquem parte das diferenças observadas nas taxas de abandono quando comparamos o Brasil com o Sudeste ou Rio de Janeiro.

Já os dados para os estudantes do segundo segmento do ensino fundamental no estado do Rio de Janeiro apresentam padrão distinto do que foi descrito anteriormente para os estudantes matriculados nos anos iniciais. O primeiro ano da pandemia não está associado com um aumento das taxas de abandono no estado do Rio de Janeiro ou na região sudeste. Entre os anos de 2020 e 2021 é possível observar um aumento nas taxas de abandono, mas os valores de 2021 ainda são menores ou muito próximos dos valores observados na série história pré pandemia.

Um ponto que merece destaque é que a diferença nas taxas de abandono escolar, dentro do estado do Rio de Janeiro, considerando as escolas das zonas rural e urbana, aumentou no período da pandemia. Esse é um aspecto relevante e que merece atenção dos gestores públicos e monitoramento ao longo de 2022 e 2023. Esse padrão pode relevar um aumento das desigualdades educacionais dentro do estado do Rio de Janeiro, em especial no ano de 2021.

Os resultados devem ser aprofundados com análises complementares. Nas próximas seções do relatório serão apresentadas as Taxas Líquida e Bruta de Matrícula no ensino fundamental o que poderá ajudar a compreender melhor os efeitos da pandemia no abandono escolar.

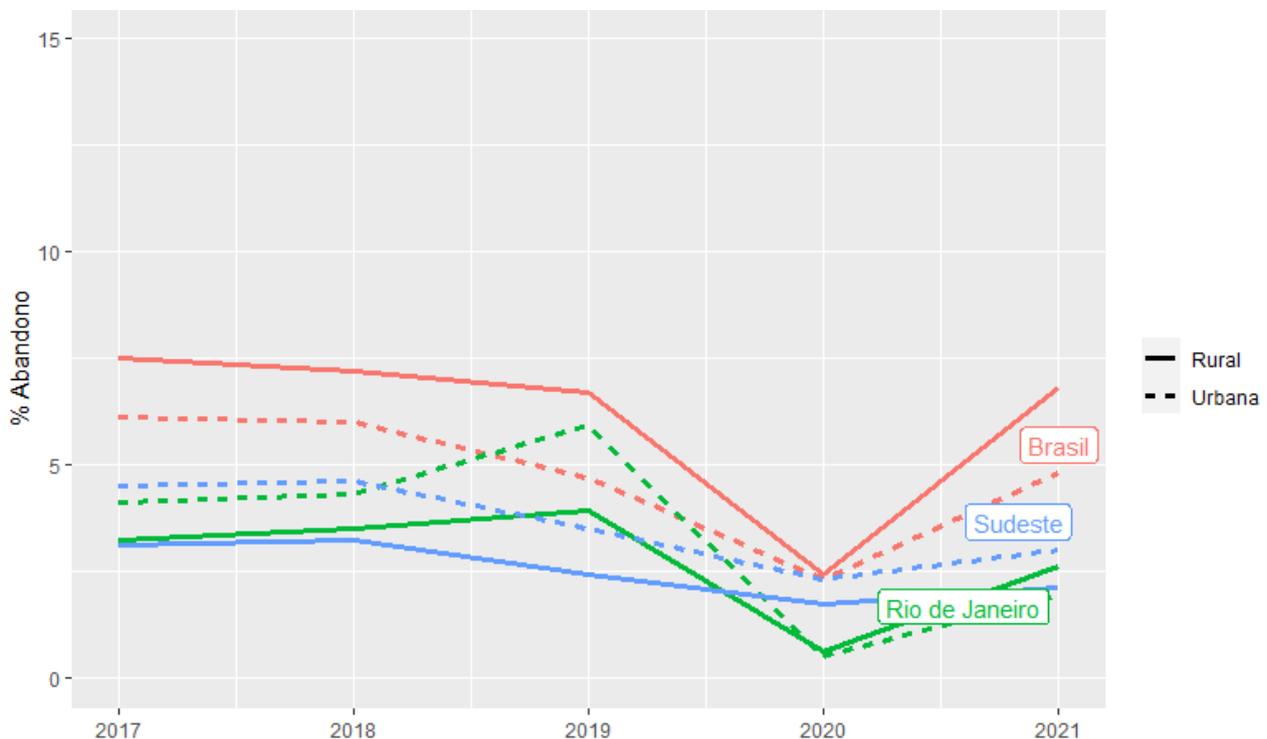
A Tabela 6 apresenta a taxa de abandono para os alunos matriculados no ensino médio em escolas localizadas nas zonas rural e urbana no estado do Rio de Janeiro, Brasil e demais regiões do país. O Gráfico 6 apresenta os mesmos dados e destaca as taxas de abandono para o estado do Rio de Janeiro, Brasil e a região sudeste.

Tabela 6: Taxa de abandono no ensino médio (rural x urbano)

		Taxa de abandono				
		2017	2018	2019	2020	2021
Rio de Janeiro	Urbana	4,1	4,3	5,9	0,5	1,9
Rio de Janeiro	Rural	3,2	3,5	3,9	0,6	2,6
Brasil	Urbana	6,1	6,0	4,7	2,3	4,8
Brasil	Rural	7,5	7,2	6,7	2,4	6,8
Sudeste	Urbana	4,5	4,6	3,5	2,3	3,0
Sudeste	Rural	3,1	3,2	2,4	1,7	2,1

Fonte: Censo Escolar/Inep.

Gráfico 6: Taxa de abandono no ensino médio (rural x urbano)



Fonte: Censo Escolar/Inep.

Os resultados do Gráfico 6 apresentam um padrão de constante manutenção para a taxa de abandono. Analisando os dados do Brasil é possível observar uma tendência de queda nas taxas de abandono entre 2017 e 2019, o que deve ser interpretado como um ponto positivo. Durante o ano de 2020 observamos uma queda ainda mais acentuada e uma reversão de tendência no ano de 2021, com aumento das taxas de abandono. Os dados de 2020 devem ser interpretados com cautela diante dos argumentos já expostos no relatório.

No caso específico do estado do Rio de Janeiro, o período pré pandemia é marcado por um aumento nas taxas de abandono nas zonas urbana rural em 2019. O que fica mais evidente nos dados acima é a queda da taxa de abandono escolar em 2020 para todos os estratos e unidades de análise, em especial do estado do Rio de Janeiro, seguido por aumento do indicador no ano. As taxas de abandono médias para as zonas rural e urbana do Brasil são superiores às da região sudeste e do estados do Rio de Janeiro. Reforçamos a importância de seguir o monitoramento das taxas de abandono (assim como da evasão escolar, não contemplada nesse relatório) ao longo dos anos de 2022 e 2023 para uma compreensão mais clara dos efeitos da pandemia no abandono.

Como o tempo total de interrupção das atividades presenciais variou bastante entre diferentes estados e regiões do país, é possível que os efeitos da pandemia nas taxas de

abandono tenham variado em 2020 e 2021 em função da reabertura das escolas e a retomada da rotina regular com aulas presenciais.

5.3. Taxa de abandono escolar para escolas da rede pública e privada

Esta seção descreve a variação nas taxas de abandono escolar considerando as matrículas nas redes pública e privada de ensino. Os dados estão agregados considerando as matrículas para o estado do Rio de Janeiro, a região sudeste e o Brasil ao longo dos últimos cinco anos.

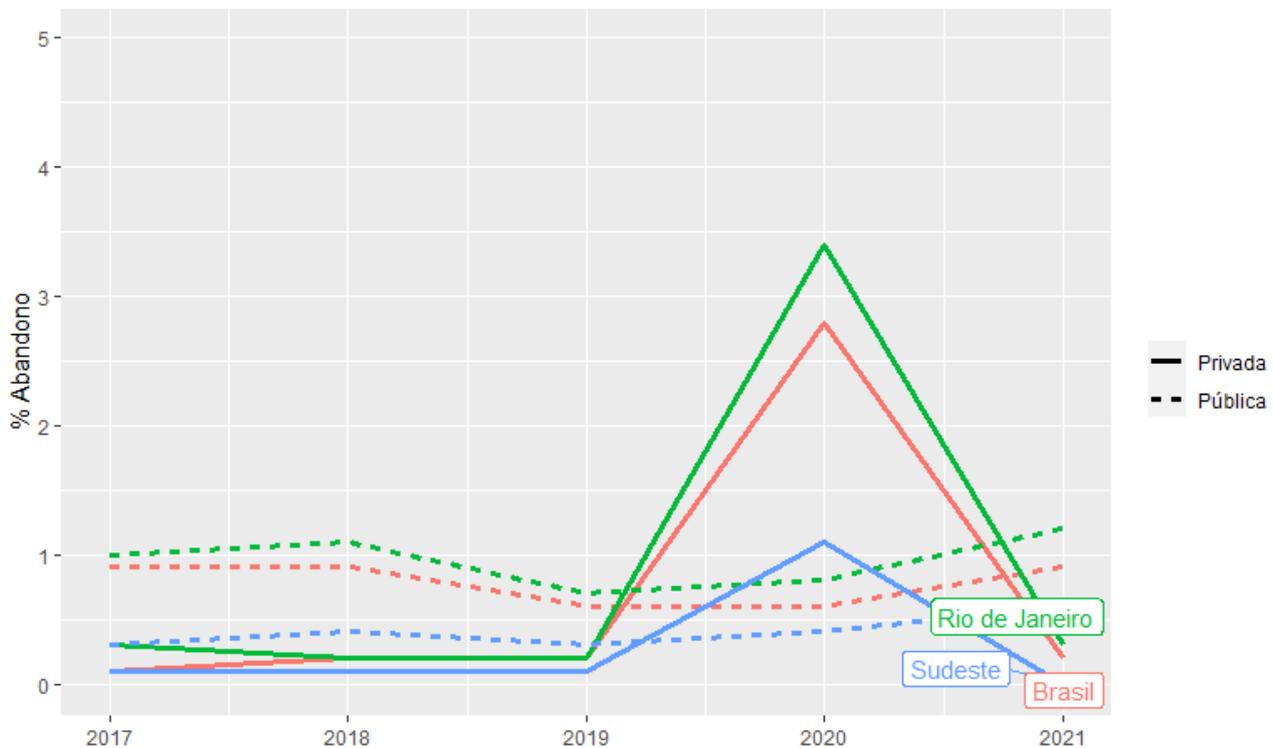
A Tabela 7 apresenta a taxa de abandono para os alunos matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental discriminando as matrículas nas redes pública e privada de ensino. Os estudos sobre os efeitos da pandemia na educação sugerem uma ampliação das desigualdades de aprendizagem no período de 2020 (Bartholo; Koslinski, 2021; 2022; Lichand, 2022). Analisar os efeitos do abandono discriminando as redes privada e pública pode ajudar a compreender os padrões de abandono observados e seus efeitos específicos na rede pública. O Gráfico 7 apresenta os mesmos dados e destaca as taxas de abandono para o estado do Rio de Janeiro, Brasil e a região sudeste.

Tabela 7: Taxa de abandono na primeira etapa do ensino fundamental (público x privado).

		Taxa de abandono				
		2017	2018	2019	2020	2021
Rio de Janeiro	Privada	0,3	0,2	0,2	3,4	0,3
Rio de Janeiro	Pública	1,0	1,1	0,7	0,8	1,2
Brasil	Privada	0,1	0,2	0,2	2,8	0,2
Brasil	Pública	0,9	0,9	0,6	0,6	0,9
Sudeste	Privada	0,1	0,1	0,1	1,1	0,0
Sudeste	Pública	0,3	0,4	0,3	0,4	0,6

Fonte: Censo Escolar/Inep.

Gráfico 7: Taxa de abandono na primeira etapa do ensino fundamental (público x privado).



Fonte: Censo Escolar/Inep.

Os dados apresentados no Gráfico 7 mostram uma tendência interessante do ponto de vista da comparação entre escolas públicas e privadas do país. No início da linha histórica analisada, escolas privadas apresentavam taxas de abandono inferiores às taxas das escolas públicas. No entanto, a crise da pandemia do Covid-19 inverte essa tendência e apresenta um quadro de grande aumento nas taxas de abandono escolar na rede privada e pequena queda na rede pública no ano de 2020. Em 2021, a taxa de abandono na rede privada volta a cair e atinge, na média, patamares semelhantes ao período pré pandemia. Na rede pública observamos movimento oposto, com as taxas de abandono subindo em 2021 e alcançando patamares semelhantes ao período observado entre 2017 e 2019. Como explicar esse resultado que a princípio pode parecer contraintuitivo? Devemos considerar inicialmente que a queda nas taxas de abandono na rede pública em 2020 pode estar associada a má qualidade da informação reportada pelas redes públicas. O simples fato de o abandono voltar a subir em 2021 reforça essa hipótese. Já na rede privada, o que podemos estar observando é, de fato, um abandono em quantidades muito maiores do que a série histórica registrou antes da pandemia. Diante da interrupção das atividades presenciais e da crise econômica (primeiro choque da pandemia com perda de renda em especial entre trabalhadores autônomos), é razoável supor que muitos responsáveis tenham retirado seus filhos das escolas ou simplesmente

parado de pagar mensalidade. Outra hipótese é que algumas escolas privadas, em especial aquelas que atendem a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental, deixaram de existir diante da grande perda de alunos (falência). Esse processo pode ter acelerado o “abandono” de um número ainda maior de crianças matriculadas em 2020 nas escolas da rede privada.

Os dados do Inep não permitem analisar o processo de transferência de alunos entre as redes privada e pública, mas nesse relatório vamos analisar nos próximos capítulos se houve pressão por mais vagas na rede pública de ensino, o que poderia ser uma evidência de migração de alunos da rede privada para a pública no ano de 2020. Os dados sobre forte abandono na rede privada em 2020 reforçam essa hipótese. Uma possibilidade é que essas crianças ficaram sem estudar em parte dos meses de 2020 ou elas saíram da rede privada e migraram para a rede pública.

Esses resultados são importantes porque eles mostram um cenário complexo que não sugere um aumento do abandono escolar na rede pública e, portanto, não corrobora, a hipótese que os alunos em situação de maior vulnerabilidade social teriam abandonado mais a escola. É importante reforçar que essas são análises descritivas preliminares e outras análises devem ser realizadas para descrever e estimar os efeitos da pandemia no abandono. Outro ponto relevante é que o aumento de abandono na rede privada pode ter como um dos seus efeitos não previstos uma pressão por vagas na rede pública. Se isso for verdade, em especial na Educação Infantil e anos iniciais do ensino fundamental, é preciso quantificar essa pressão por novas vagas e subsidiar os gestores públicos com dados para a tomada de decisão antecipada visando garantir o direito das crianças e jovens de frequentarem a escola.

A Tabela 8 apresenta a taxa de abandono para os alunos matriculados nos anos finais do ensino fundamental em escolas da rede pública e privada de ensino. O Gráfico 8 apresenta os mesmos dados, destacando as taxas de abandono para o estado do Rio de Janeiro, Brasil e a região sudeste.

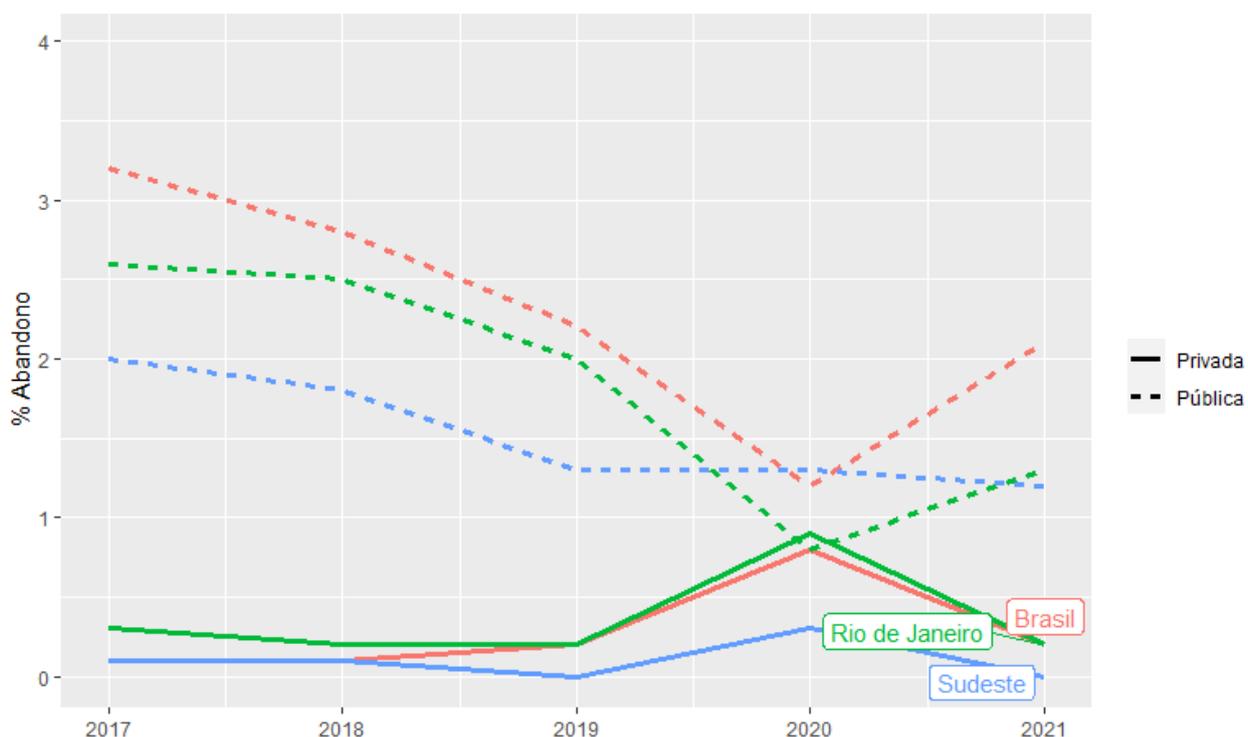
Tabela 8: Taxa de abandono na segunda etapa do ensino fundamental (público x privado).

		Taxa de abandono				
		2017	2018	2019	2020	2021
Rio de Janeiro	Privada	0,3	0,2	0,2	0,9	0,2
Rio de Janeiro	Pública	2,6	2,5	2,0	0,8	1,3

Brasil	Privada	0,1	0,1	0,2	0,8	0,2
Brasil	Pública	3,2	2,8	2,2	1,2	2,1
Sudeste	Privada	0,1	0,1	0,0	0,3	0,0
Sudeste	Pública	2,0	1,8	1,3	1,3	1,2

Fonte: Censo Escolar/Inep.

Gráfico 8: Taxa de abandono na segunda etapa do ensino fundamental (público x privado).



Fonte: Censo Escolar/Inep.

O Gráfico 8 apresenta um padrão similar ao descrito nos dados do Gráfico 7, com um aumento importante das taxas de abandono escolar durante a pandemia para os alunos matriculados na rede privada. Esse padrão é constante quando analisamos dados para o Brasil, região sudeste e o estado do Rio de Janeiro. Por outro lado, as escolas públicas apresentaram grande redução nos três primeiros anos da série histórica (2017, 2018 e 2019) e a tendência continuou ao longo do primeiro da pandemia. Em 2021 há uma reversão de tendência com aumento das taxas de abandono para o estado do Rio de Janeiro e no Brasil.

As hipóteses para explicar parcialmente os resultados podem ser os mesmos já apresentados anteriormente, como o fechamento definitivo de escolas privadas de pequeno ou médio porte e, no caso das matrículas na rede pública, a mensuração do fenômeno do abandono escolar só foi possível no ano de 2021, ou seja, a qualidade da informação no ano de 2020 deve ser questionada. É importante destacar que na rede pública, as taxas de abandono escolar em 2021 também são em patamares levemente menores ao observado nos três anos antes da pandemia. Isso sugere que não houve grande impacto da pandemia no abandono escolar na rede pública de ensino. Seu efeito foi meio na rede privada de ensino, mas parece bem concentrada no primeiro ano da pandemia 2020, com uma volta a patamares pré pandemia na rede privada já no ano de 2021.

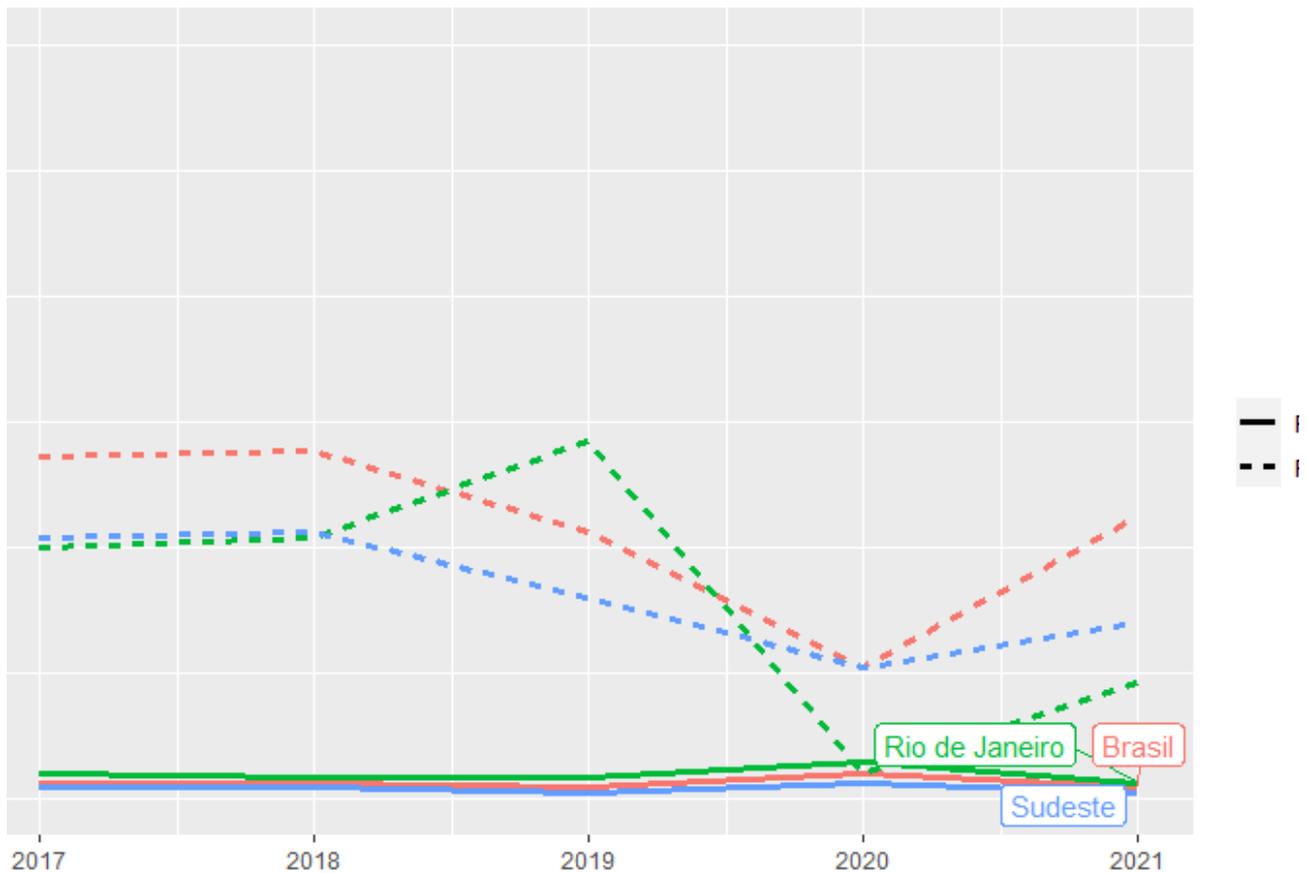
A Tabela 9 apresenta a taxa de abandono para os alunos matriculados no ensino médio em escolas da rede pública e privada de ensino. O Gráfico 9 apresenta os mesmos dados e destaca as taxas de abandono para o estado do Rio de Janeiro, Brasil e a região sudeste.

Gráfico 9: Taxa de abandono no ensino médio (público x privado).

		Taxa de abandono				
		2017	2018	2019	2020	2021
Rio de Janeiro	Privada	0,5	0,4	0,4	0,7	0,3
Rio de Janeiro	Pública	5,0	5,2	7,1	0,5	2,3
Brasil	Privada	0,3	0,3	0,2	0,5	0,2
Brasil	Pública	6,8	6,9	5,3	2,6	5,6
Sudeste	Privada	0,2	0,2	0,1	0,3	0,1
Sudeste	Pública	5,2	5,3	4,0	2,6	3,5

Fonte: Censo Escolar/Inep

Gráfico 9: Taxa de abandono no ensino médio (público x privado).



Fonte: Censo Escolar/Inep.

O Gráfico 9 descreve um padrão distinto das taxas de abandono distinto ao verificado para o ensino fundamental. Para a etapa do ensino médio, a rede privada mantém taxas muito semelhantes nos anos anteriores à pandemia (2017 – 2019). No entanto, é possível verificar que houve aumento na taxa de abandono na média nacional, região sudeste e estado do Rio de Janeiro, mas com retorno ao padrão anterior no ano posterior. Esse aumento em 2020 parece reforçar a ideia de que durante a interrupção das atividades presenciais, em especial no primeiro ano da pandemia, muitos responsáveis que tinham os filhos matriculados nas escolas privadas optaram por retirar seus filhos da escola ou então migraram para a rede pública de ensino.

Outro ponto interessante a ser observado, foi a queda nas taxas de abandono na rede pública de ensino, principalmente no primeiro ano da pandemia. Esse resultado é, a princípio, contraintuitivo, porque a hipótese construída no estudo, baseada na literatura sobre o tema, é que as taxas de abandono escolar iriam aumentar durante o ano de 2020, em especial nas escolas que atendem alunos em situação de maior vulnerabilidade social. Os dados disponibilizados pelos Inep para o ano de 2020 refutam essa hipótese. Devemos considerar mais

uma vez a qualidade da informação coletada nas redes públicas em especial no primeiro ano da pandemia. Por exemplo, analisando as taxas de abandono para o Brasil, podemos observar uma queda gradual nos anos pré pandemia para a média nacional e região sudeste. No primeiro ano da pandemia a queda se acentua, porém, no segundo ano da pandemia, em 2021, há uma clara reversão da tendência com a taxa de abandono no país retornando para valores mais próximos aos observados no ano de 2018. Esse é um dado que reforça a hipótese de que a queda no abandono na rede pública observada no de ano de 2020 deve ser interpretada com cautela e o dado de 2021 parece mais próximo do cenário real. De qualquer forma, podemos afirmar, a partir da análise da série histórica das taxas de abandono escolar do Inep, que o evento da pandemia não está associado a aumento na taxa de abandono escolar na rede pública de ensino. Na rede privada o cenário é mais complexo. Os dados para as duas etapas do ensino fundamental analisadas (alunos entre 6 e 14 anos) sugerem um aumento importante das taxas de abandono escolar na rede privada de ensino em 2020 e um retorno aos patamares pré pandemia no ano de 2021.

5.4. As taxas de abandono na Rede Pública Estadual do Rio de Janeiro

Nesta última seção, a comparação da taxa de abandono é realizada somente com base nas escolas públicas estaduais das redes de ensino. Essa comparação permite uma análise mais concreta e focada no objeto de estudo deste relatório. Por outro lado, esses dados ainda não permitem olhar a heterogeneidade interna das escolas públicas estaduais do Rio de Janeiro.

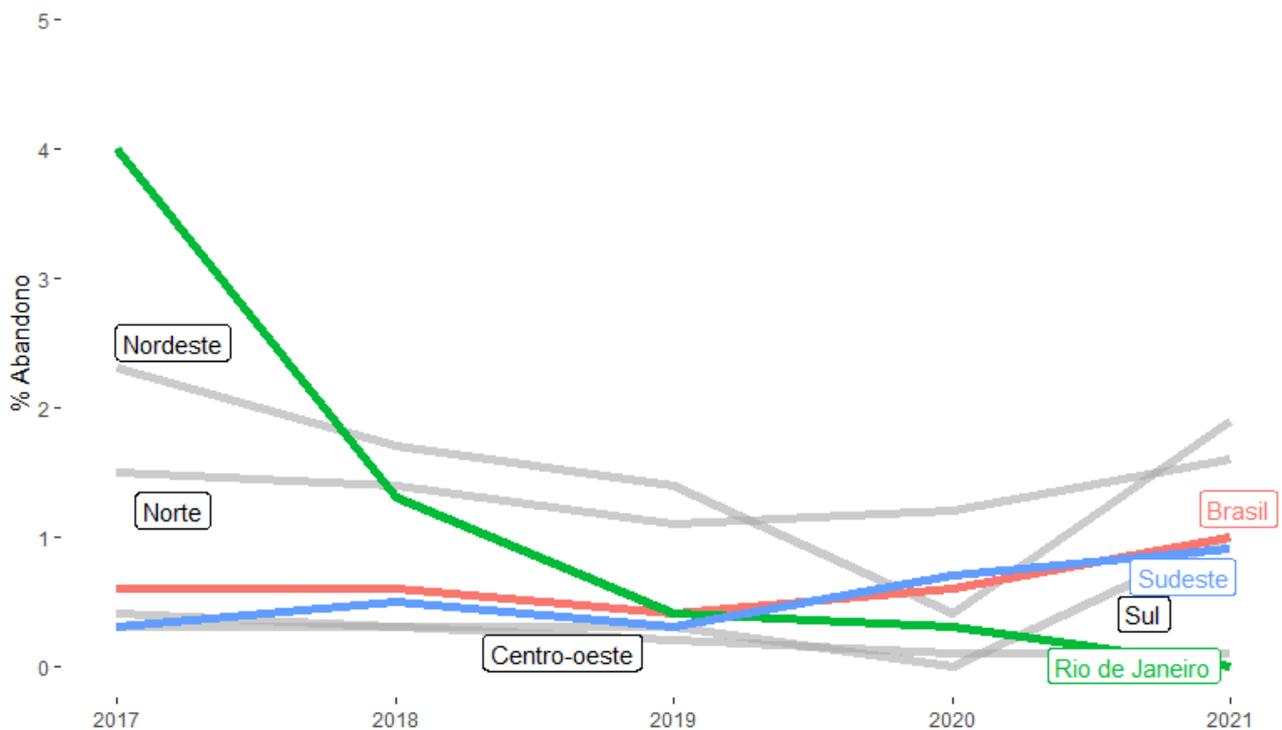
A tabela 10 apresenta a taxa de abandono observada nas escolas da rede pública estadual do Rio de Janeiro para os alunos matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental. O Gráfico 10 apresenta os mesmos dados e destaca as taxas de abandono para o estado do Rio de Janeiro, Brasil e a região sudeste.

Tabela 10: Taxa de abandono na primeira etapa do ensino fundamental (rede estadual).

	Taxa de abandono				
	2017	2018	2019	2020	2021
Rio de Janeiro	4,0	1,3	0,4	0,3	0,0
Brasil	0,6	0,6	0,4	0,6	1,0
Sudeste	0,3	0,5	0,3	0,7	0,9
Sul	0,4	0,3	0,3	0,0	1,0
Centro-Oeste	0,3	0,3	0,2	0,1	0,1
Nordeste	2,3	1,7	1,4	0,4	1,9
Norte	1,5	1,4	1,1	1,2	1,6

Fonte: Censo Escolar/Inep

Gráfico 10: Taxa de abandono na primeira etapa do ensino fundamental (rede estadual).



Fonte: Censo Escolar/Inep.

Os dados apresentados no Gráfico 10 sugerem que as regiões que contavam com as maiores taxas de abandono escolar em 2017 (norte, nordeste e estado do Rio de Janeiro) conseguiram redução importante do indicador nos anos de 2018 e 2019. Importante ressaltar que no caso da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, estamos falando de um número relativamente pequeno de alunos – total de aproximadamente 1300 matrículas. A maior parte das matrículas na rede pública estadual estão nos anos finais do ensino fundamental e principalmente no ensino médio.

Como já mencionado anteriormente, os dados não sugerem uma relação entre o evento da pandemia e um aumento das taxas de abandono escolar no ano de 2020. No entanto, no ano de 2021, vemos uma reversão de tendência em todas as regiões, exceto no estado do Rio de Janeiro. As taxas de abandono nas redes públicas estaduais voltam a subir em 2021. No agregado para o Brasil, por exemplo, o valor médio em 2021 é o maior para a série histórica descrita. O estado do Rio de Janeiro apresenta uma queda constante no indicador de abandono escolar e o evento da pandemia não foi capaz de alterar essa tendência. Esse é um resultado importante que merece ser monitorado ao longo dos anos de 2022 e 2023 para observar se a tendência irá se manter.

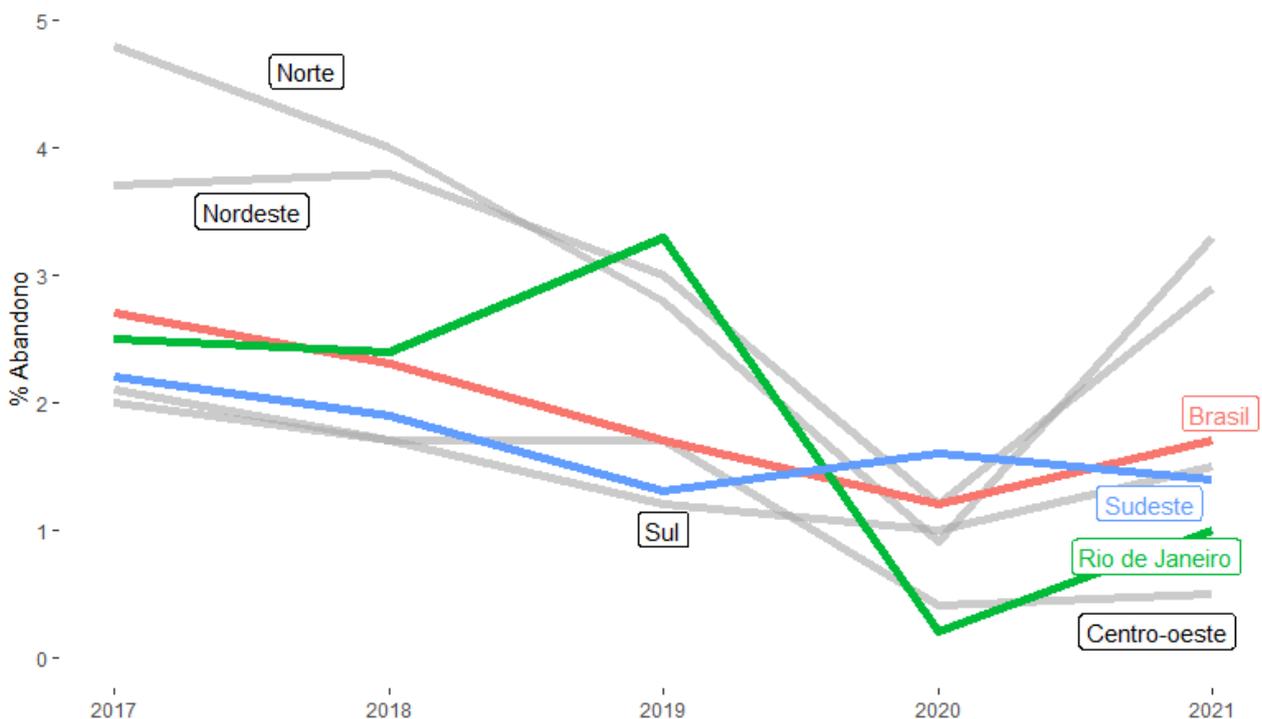
A Tabela 11 apresenta a taxa de abandono observada nas escolas da rede pública estadual matriculados nos anos finais do ensino fundamental. O Gráfico 11 apresenta os mesmos dados destacando as taxas de abandono para o estado do Rio de Janeiro, Brasil e a região sudeste.

Tabela 11: Taxa de abandono na segunda etapa do ensino fundamental (rede estadual).

	Taxa de abandono				
	2017	2018	2019	2020	2021
Rio de Janeiro	2,5	2,4	3,3	0,2	1,0
Brasil	2,7	2,3	1,7	1,2	1,7
Sudeste	2,2	1,9	1,3	1,6	1,4
Sul	2,0	1,7	1,2	1,0	1,5
Centro-Oeste	2,1	1,7	1,7	0,4	0,5
Nordeste	4,8	4,0	2,8	0,9	3,3
Norte	3,7	3,8	3,0	1,2	2,9

Fonte: Censo Escolar/Inep

Gráfico 11: Taxa de abandono na segunda etapa do ensino fundamental (rede estadual).



Fonte: Censo Escolar/Inep.

As análises apresentadas no Gráfico 11 correspondem às taxas de abandono escolar para a rede estadual na segunda etapa do ensino fundamental. Os resultados indicam que as diferentes regiões do país reduziram a porcentagem de estudantes que pararam de frequentar as escolas desde 2017 a 2019. Os dados sugerem que a pandemia não inverteu essa tendência e as taxas de abandono escolar continuaram caindo em 2020. No entanto, o indicador de abandono volta a subir em 2021, com patamar similar a 2018 para grande parte das regiões do país. No caso do estado do Rio de Janeiro, a taxa de abandono sobe de 2020 para 2021, mas com uma porcentagem próxima de 1%. O valor observado no segundo ano da pandemia é consideravelmente menor do que os valores descritos no período pré pandemia, reforçando a ideia de que a pandemia não aumentou o abandono escolar na rede pública estadual do Rio de Janeiro dos alunos matriculados nos anos finais do ensino fundamental.

Os dados da Tabela 11 reforçam, mais uma vez, a cautela para interpretar os dados sobre abandono escolar na pandemia considerando apenas a informação relativa ao ano de 2020. Os dados sugerem uma subnotificação do fenômeno do abandono em 2020 e uma melhor mensuração em 2021.

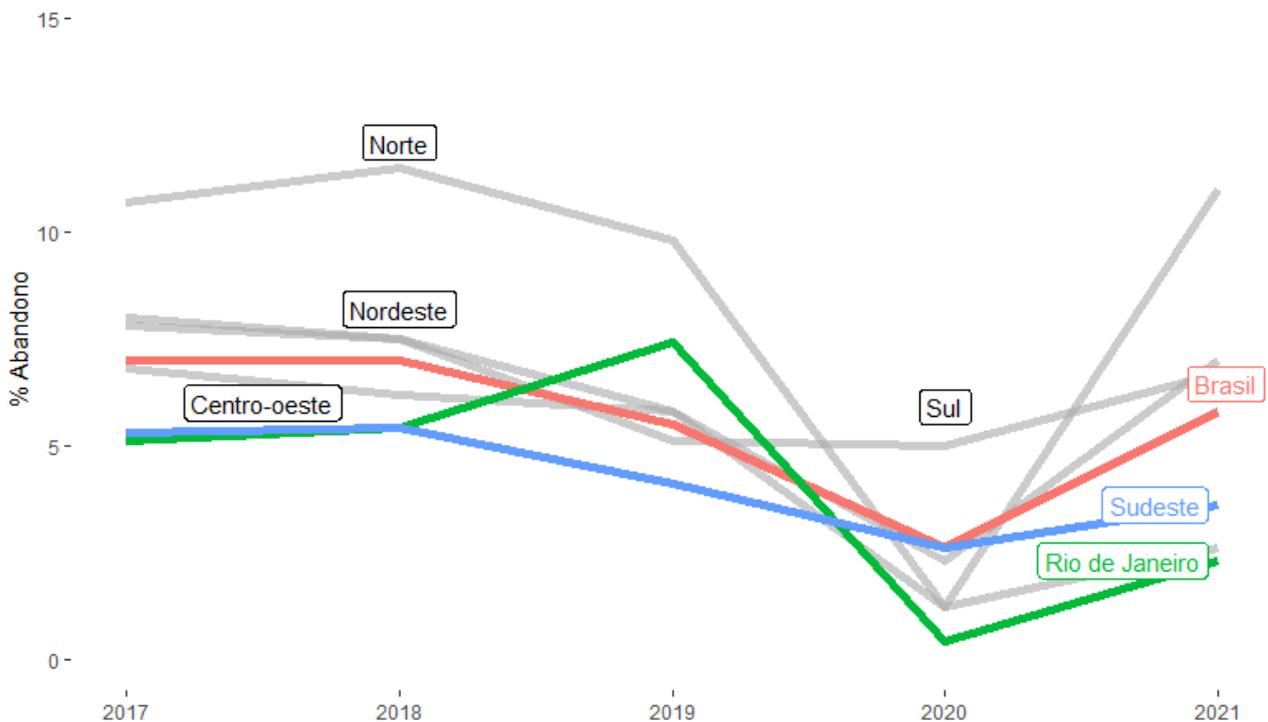
A Tabela 12 apresenta a taxa de abandono observada nas escolas da rede pública estadual do Rio de Janeiro para os alunos matriculados no ensino médio. O Gráfico 12 apresenta os mesmos dados destacando as taxas de abandono para o estado do Rio de Janeiro, Brasil e a região sudeste.

Tabela 12: Taxa de abandono no ensino médio (rede estadual).

	Taxa de abandono				
	2017	2018	2019	2020	2021
Rio de Janeiro	5,1	5,4	7,4	0,4	2,3
Brasil	7,0	7,0	5,5	2,6	5,8
Sudeste	5,3	5,4	4,1	2,6	3,6
Sul	8,0	7,5	5,1	5,0	6,7
Centro-Oeste	6,8	6,2	5,8	1,2	2,6
Nordeste	7,8	7,5	5,8	2,3	7,0
Norte	10,7	11,5	9,8	1,2	11,0

Fonte: Censo Escolar/Inep.

Gráfico 12: Taxa de abandono no ensino médio (rede estadual).



Fonte: Censo Escolar/Inep.

O Gráfico 12 apresenta as porcentagens da taxa de abandono escolar para o ensino médio na rede estadual das regiões do país e estado do Rio de Janeiro. Com exceção da região norte, que parte de um indicador mais alto no ano de 2017, as demais regiões reduzem constantemente o abandono escolar ao longo dos anos, mas com aumento nesse indicador em 2021 e retorno ao patamar do início da linha histórica analisada. O estado do Rio de Janeiro, que conta com uma taxa de abandono escolar inferior às demais regiões do país em quase todos os anos analisados, também apresentou aumento em 2021. Mais uma vez, essas comparações são importantes porque permitem investigar tendências e realizar comparações. Por outro lado, como o foco de análise é a rede estadual do Rio de Janeiro, é preciso investigar a magnitude da heterogeneidade interna, ou seja, aferir se as taxas de abandono escolar são homogêneas entre os municípios ou se há concentração com altas taxas do indicador em algumas regiões do estado. E, tão importante quanto, investigar mais de perto as estratégias e políticas educacionais que determinados municípios ou metropolitanas podem ter adotado, com ou sem auxílio de outros órgãos e sociedade civil, na manutenção e busca ativa dos estudantes que abandonaram a escola neste período de retomada das atividades presenciais.

O EFEITO DA PANDEMIA NA TAXA LÍQUIDA DE MATRÍCULA (TLM)

Desde a Emenda Constitucional (EC) 59/09, a Educação Básica obrigatória foi ampliada, estabelecendo como marco inicial os 4 anos de idade (pré-escola). Uma operacionalização eficaz da lei faria com que todas as crianças e adolescentes de 4 a 17 anos estivessem matriculados na escola, universalizando a Educação Básica em todas as suas etapas obrigatórias, desde a pré-escola até o ensino médio. Há, ainda, a Meta 1 do Plano Nacional de Educação que estabelece até 2024 a cobertura na Creche (crianças entre 0 e 3 anos) atinja 50%.

A hipótese principal é que a pandemia impactou negativamente o abandono escolar. Na seção anterior apresentamos a série histórica para o indicador de abandono escolar calculado pelo Inep. Nesse momento, vamos apresentar as análises calculando a TLM que deveria também ser impactada caso a pandemia tivesse efeito negativo no abandono. Trata-se, portanto, de uma replicação da análise anterior, utilizando outros bancos de dados e formas de cálculos para compreender melhor os efeitos da pandemia no abandono escolar.

De forma prática, a TLM indica a proporção da população de determinada faixa etária matriculada na Educação Básica. Uma TLM de 100% apontaria a universalização de determinada faixa etária matriculada na escola.¹ Os dados de matrícula são provenientes do Censo Escolar (INEP/MEC) e a população estimada é calculada pelo IBGE, utilizando o último recálculo da estimativa populacional lançado em 2018 com previsões populacionais dos anos subsequentes. O cálculo do indicador de Taxa Líquida de Matrícula é dado pela expressão:

$$TLM_{u,t,f,d} = \frac{Matrículas_{u,t,f,d}}{População_{u,t,f}}$$

Em que $TLM_{u,t,f,d}$ significa a Taxa Líquida de Matrícula da unidade federativa u , no ano t , na faixa etária f (0 a 3 anos, 4 a 5 anos, 6 a 10 anos, 11 a 14 anos e 15 a 17 anos), de dependência administrativa d (total, pública unificada, privada, federal, estadual ou municipal). $Matrículas_{u,t,f,d}$ indica o total de matrículas na unidade federativa u , no ano t , na faixa etária f , na dependência administrativa d ; $População_{u,t,f,d}$ é a população estimada pelo IBGE na unidade federativa u , no ano t e na faixa etária f .

Neste capítulo, as análises serão realizadas em duas etapas. A primeira busca comparar a cobertura escolar do estado do Rio de Janeiro frente aos outros estados do país, com-

¹ As Taxas Brutas de Matrícula foram calculadas para o relatório, mas não são foco das interpretações. Os valores calculados estão descritos no Apêndice 2.

preendendo a situação do estado no panorama nacional. Para isso, será apresentada a TLM em 2021 para cinco faixas etárias: 0 a 3 anos, 4 a 5 anos, 6 a 10 anos, 11 a 14 anos e 15 a 17 anos. Essas faixas representam as cinco etapas da Educação Básica, sendo, respectivamente, a creche (não obrigatória), pré-escola, ensino fundamental-I, ensino fundamental-II e ensino médio.

Para compreender a diferença pré e pós pandemia, serão apresentadas análises de mudanças na TLM entre 2019 e 2021 para todos os estados do país. Com isso, busca-se entender a magnitude da mudança nas diferentes regiões e comparar o padrão do estado do Rio de Janeiro nesse cenário.

Por fim, a segunda etapa busca focar na mudança da Taxa Líquida de Matrícula dentro do estado do Rio de Janeiro. Através de uma descrição longitudinal da TLM entre 2017 e 2021, será analisado o comportamento da cobertura escolar, separando entre rede pública (pública unificada, federal, estadual, municipal) e privada. Isso possibilitará compreender tanto como as diferentes redes escolares foram afetadas e, por conseguinte, afetaram a rede estadual de educação, aumentando ou diminuindo sua representatividade.

6.1 Taxa Líquida de Matrícula em 2021 nas Unidades Federativas

Para observar a cobertura escolar no cenário brasileiro e comparar com a situação do estado do Rio de Janeiro, serão apresentados mapas do Brasil e tabelas descritivas da Taxa Líquida de Matrícula (TLM) para cada uma das 27 unidades federativas do país, que inclui o Distrito Federal. Isso permitirá analisar de forma mais precisa as mudanças na TLM para o estado do Rio de Janeiro frente ao cenário regional do Sudeste e o cenário brasileiro.

Ressalta-se que em todas as análises que comparam o Rio de Janeiro com outros estados, a TLM utiliza o total de matrículas de determinada faixa etária, ou seja, não faz distinção se são matrículas da rede privada ou pública, tampouco separa as redes públicas (federal, estadual e municipal). Isso se faz com o intuito de verificar o panorama geral de cobertura da Educação Básica. As análises de mudanças da TLM nas diferentes dependências administrativas serão realizadas no próximo capítulo ao olhar internamente no estado do Rio de Janeiro.

...

Em 2021, o estado do Rio de Janeiro apresentava as três menores coberturas escolares do Sudeste segundo o indicador de TLM para 0 a 3 anos (22,6%), 4 a 5 anos (74,2%)

e 6 a 10 anos (93%). Enquanto as taxas de 0 a 3 anos e 6 a 10 anos se aproximam de outros estados do Sudeste, como Espírito Santo e Minas Gerais, a cobertura da pré-escola (4 a 5 anos) tende a indicar um descolamento da tendência regional, estando 10 pontos percentuais abaixo do Espírito Santo, que apresenta 84,3% para a TLM de 4 a 5 anos e tem a segunda menor cobertura na região sudeste para essa faixa.

Como se trata de faixas etárias de creche, pré-escola e anos iniciais do ensino fundamental, de responsabilidade das redes municipais, pode indicar uma dificuldade dos municípios fluminenses de planejarem uma ampliação das suas redes escolares e cobertura da Educação Básica. Esse é um resultado importante que merece aprofundamento de outros estudos para compreender melhor os motivos que explicam uma TLM menor no estado do Rio de Janeiro, em especial na pré-escola. Análises discriminando os 92 municípios podem ajudar a compreender melhor o cenário e gerar comunicações e políticas públicas mais assertivas para ampliar o acesso das crianças a Educação Infantil. É importante também pensar em ações de apoio do Governo Federal e Governo Estadual aos municípios em situação mais crítica na sua TLM para as crianças pequenas. Vale lembrar que desde a (EC) 59/09, a matrícula na pré-escola é obrigatória para as crianças entre 4 e 5 anos. Os efeitos positivos da oferta qualificada na Educação Infantil são amplamente documentados em estudos nacionais e internacionais e a garantia do acesso é um dos direitos fundamentais da criança (BARTHOLO et al., 2020; CASTRO, 2021; PEISNER-FEINBERG et al., 2001; SAMMONS, 2006; SYLVA et al., 2010).

Contudo, quando se observa a faixa etária de 15 a 17 anos, o estado do Rio de Janeiro apresenta uma taxa de 91,2%, sendo a terceira maior TLM dessa faixa etária no país, atrás apenas de São Paulo (94,3%) e Santa Catarina (100%). Como veremos mais à frente, a representatividade da rede estadual de educação do Rio de Janeiro vem sendo ampliada nessa faixa etária, enquanto a rede municipal diminui constantemente. Isso pode indicar uma maior demanda de matrículas na rede pública estadual, seja pela diminuição da distorção idade-série (mais jovens chegam no Ensino Médio na idade correta) ou pela diminuição da atuação municipal no Ensino Médio, demandando mais vagas da rede estadual. Importante ressaltar que o estado do Rio de Janeiro fica acima da média nacional considerando a TLM nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. Exatamente as etapas que são mais ofertadas pela Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Nos anos iniciais, o estado do Rio de Janeiro fica muito próximo da média nacional, no entanto, considerando as matrículas na Educação Infantil, observamos um descolamento importante do Rio de Janeiro em relação a região sudeste e bem abaixo da média nacional.

Os dados descritivos de Taxa Líquida de Matrícula podem ser observados na Tabela 13 abaixo, expressando o valor de TLM para o ano de 2021 para cada faixa etária que compõe a Educação Básica. A tabela apresenta duas cores, a saber, verde e vermelha. A cor verde indica a maior Taxa Líquida de Matrícula para aquela determinada faixa etária

na região, enquanto a vermelha a menor TML da região para determinada faixa etária.

Tabela 13: Taxa Líquida de Matrícula para o estado do Rio de Janeiro e demais regiões

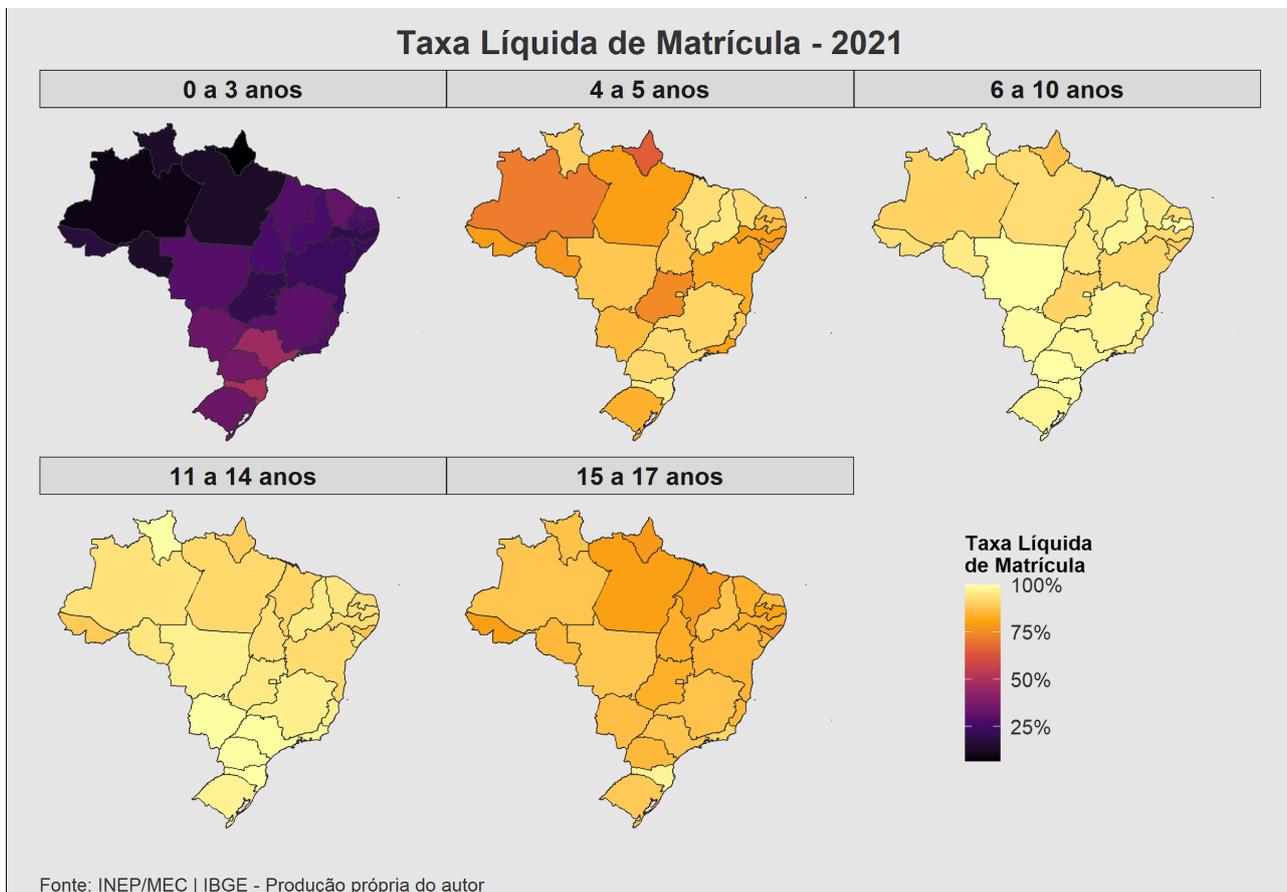
UF1	0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 10 anos	11 a 14 anos	15 a 17 anos
Sudeste					
RJ	22.6%	74.2%	93%	97.2%	91.2%
ES	26.7%	84.3%	93.9%	95.6%	89.2%
MG	24.4%	85.7%	96.1%	95.9%	87.6%
SP	41.2%	88.8%	96.7%	98.8%	94.3%
Centro-Oeste					
DF	16.9%	82.7%	100%	98.6%	88.5%
GO	17.5%	69.9%	88.5%	92.6%	85.8%
MS	28.6%	79.6%	96.6%	99.2%	87.2%
MT	26.5%	84%	100%	98.3%	89.5%
Nordeste					
AL	23.8%	72.1%	89.1%	89.2%	79.2%
BA	20.8%	77%	91.8%	93%	85.8%
CE	29.8%	87.9%	95.7%	96.2%	86.6%
MA	28.1%	88.7%	94.7%	93.4%	77.2%
PB	24.9%	79.1%	100%	96.7%	83.6%
PE	16.5%	73.2%	91.1%	92.7%	83.9%
PI	25.7%	92.9%	98%	98.6%	89.3%
RN	24.9%	82.4%	91.7%	91.7%	86.2%
SE	17.8%	72.5%	90.5%	94.7%	87.4%

UF1	0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 10 anos	11 a 14 anos	15 a 17 anos
Norte					
AC	16.2%	74.3%	91.4%	88.3%	78.7%
AM	9.6%	69.5%	90.1%	92.1%	90.4%
AP	6.3%	57.6%	84.5%	84.9%	79.4%
PA	12.9%	77.1%	92.4%	92.7%	83.1%
RO	10.4%	69.8%	92.9%	94.2%	87.6%
RR	12.5%	82.9%	100%	96.1%	89.2%
TO	24.8%	83.8%	93.4%	92.2%	83.1%
Sul					
PR	29.4%	87.9%	100%	95%	79.1%
RS	29.8%	79%	95.7%	97%	88.7%
SC	44.1%	94.9%	100%	100%	100%

Fonte: Censo Escolar - INEP/MEC | IBGE | Produção própria dos autores

1 Vermelho: Menor taxa líquida de matrícula da região para a faixa etária
 Verde: Maior taxa líquida de matrícula da região para a faixa etária

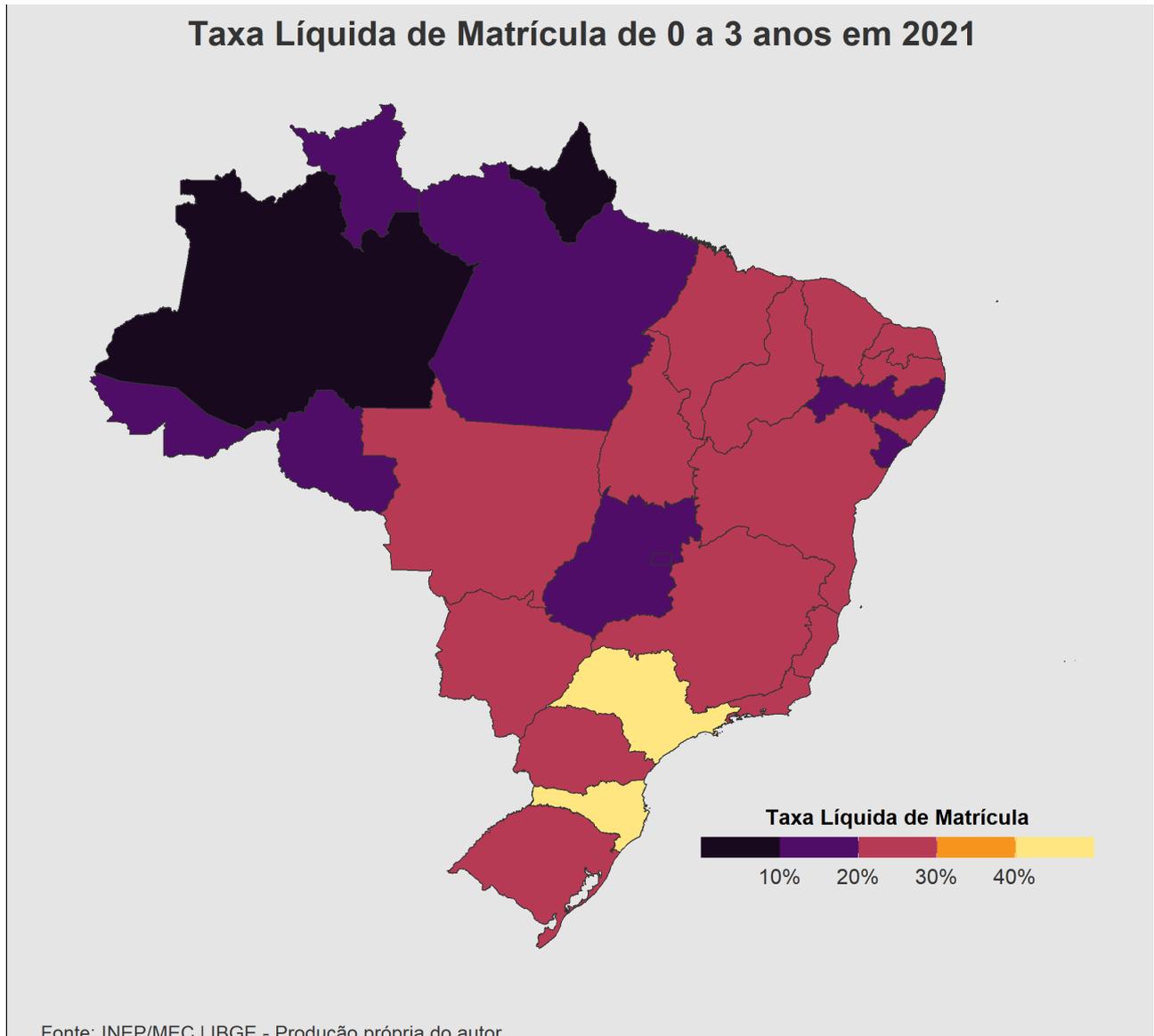
Para auxiliar na interpretação, a Figura 1 apresenta a cobertura escolar através da Taxa Líquida de Matrícula no ano de 2021. Dividido em cinco mapas, busca indicar visualmente a proporção populacional de cada uma das faixas etárias matriculadas na escola. Quanto mais escuro o mapa, menor a TLM; quanto mais clara a cor, maior a TLM.

Figura 1 - Taxa Líquida de Matrícula no Brasil (2021)

Assim como observado na Tabela 13, os mapas auxiliam a análise dos padrões da TLM em diferentes regiões do país. É possível observar que para as duas etapas do ensino fundamental (faixas de 6 a 10 anos e 11 a 14 anos) os dados sugerem que muitos estados estão bem próximos da universalização. No entanto, para a Educação Infantil e o Ensino Médio há um percentual significativo de crianças e adolescentes fora da escola e, portanto, o desafio da universalização da pré-escola e do ensino médio segue sendo um ponto de atenção na agenda dos gestores educacionais no Brasil.

Outro elemento que merece destaque é a desigualdade regional. Norte e nordeste tendem a ter menor cobertura educacional na grande maioria das faixas etárias, quando comparado com as outras regiões. Para verificar de forma mais clara essas discrepâncias regionais, serão apresentados nas próximas páginas mapas focalizados em cada faixa etária, facilitando a categorização e analisando as diferenças. É importante ressaltar que cada mapa detém uma categorização própria, por isso deve-se atentar à legenda para a interpretação dos resultados.

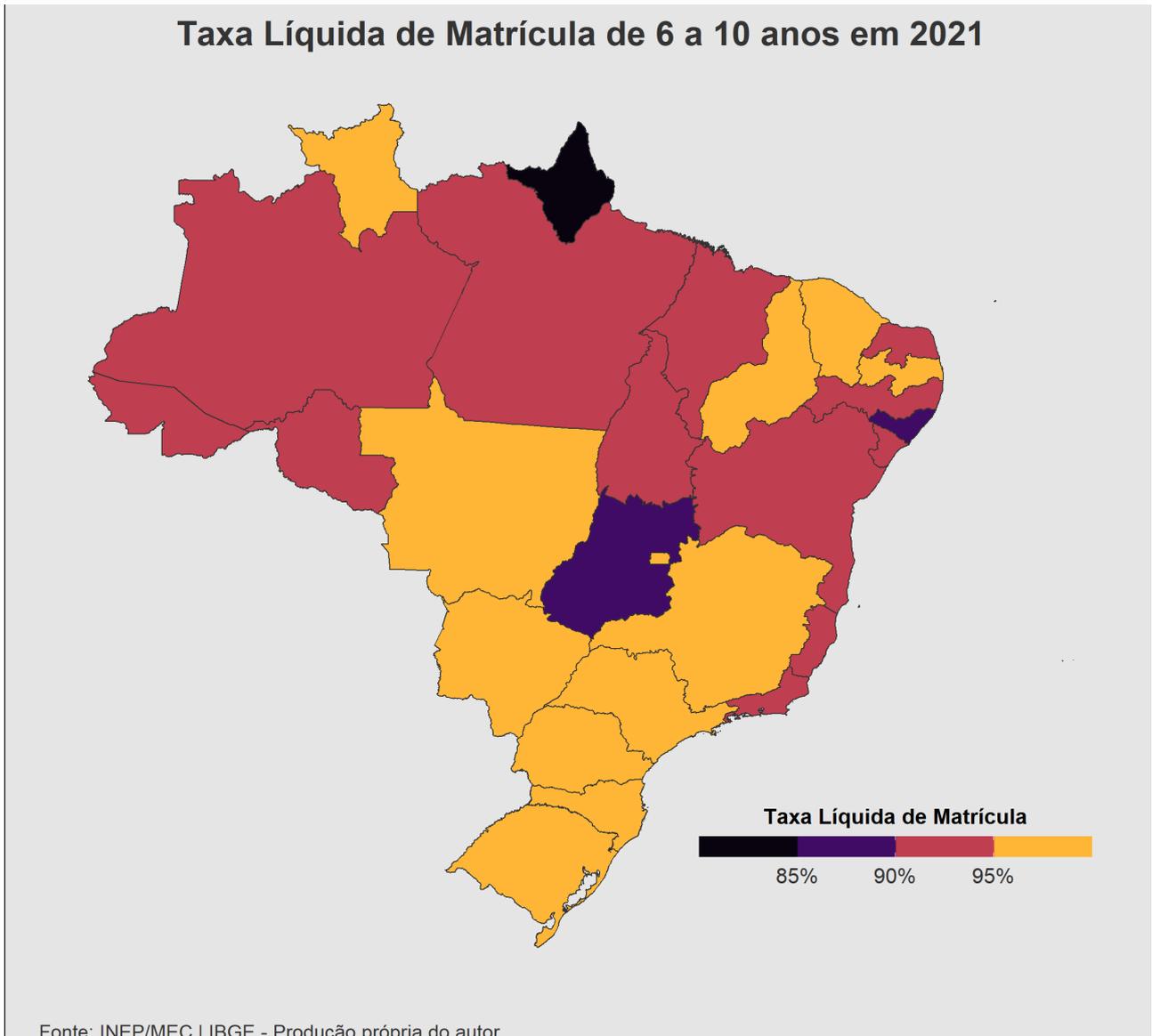
Figura 2: Taxa Líquida de Matrícula de 0 a 3 anos em 2021.



Na Figura 2 apresenta a Taxa Líquida de Matrícula de 0 a 3 anos de idade em 2021. O estado do Rio de Janeiro detém uma cobertura 22,6% para crianças nessa faixa etária, acompanha uma tendência próxima da grande maioria dos estados brasileiros (abaixo de 30%). Contudo, é importante ressaltar que os dados apontam que todos os estados do sul e sudeste detém uma cobertura de creche maior do que a cobertura das redes municipais e rede privada do estado do Rio de Janeiro. O mapa, assim como os dados da Tabela 13, apresentam a grande distância que as unidades federativas estão de cumprir a Meta 1 do PNE que prevê cobertura de 50% para as crianças entre 0 e 3 anos (Creche) até 2024.

Essa mesma tendência de baixa cobertura ocorre nas faixas de 4 a 5 anos (pré-escola) e 6 a 10 anos de idade (anos iniciais do ensino fundamental). Aqui há uma diferença fundamental porque é importante destacar que desde 2016 a matriculada na pré-escola é obrigatória para todas as crianças entre 4 e 5 anos. Estar fora da escola para essa faixa etária indica um descumprimento da lei e uma não garantia de direitos da criança na primeira infância. Relembrando que essas faixas etárias são majoritariamente de responsabilidade dos municípios e é desejável que as redes estaduais de educação auxiliem os municípios com planejamento e apoio para o cumprimento das metas e melhoria da qualidade da oferta na Educação Infantil.

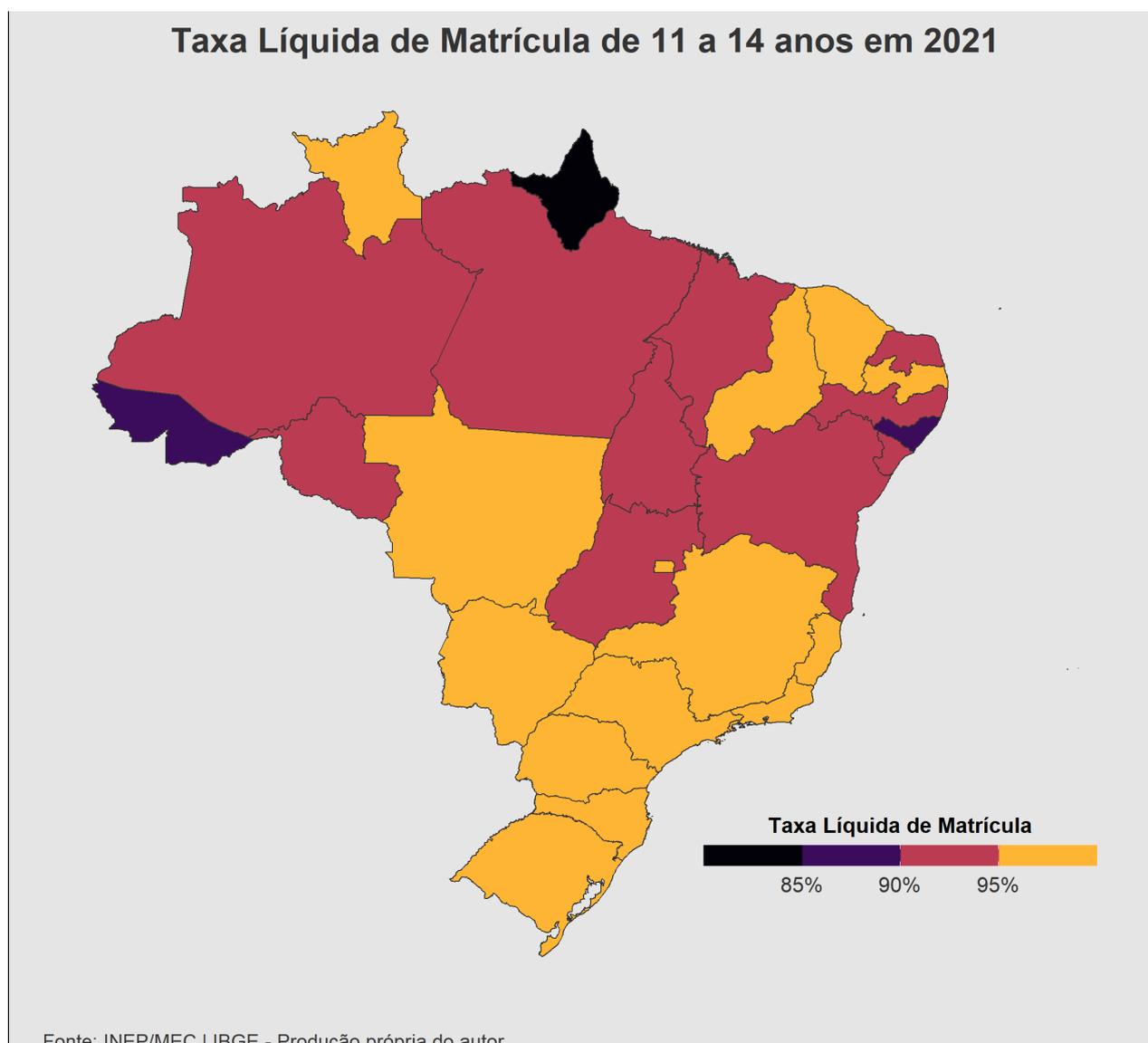
Reforçamos a necessidade de análises complementares que ajudem a compreender por que o estado do Rio de Janeiro apresenta padrão nas TLM tão distinto de seus pares comparáveis ou mesmo da média nacional. Esse resultado é contraintuitivo e merece uma análise discriminando as TLM para os 92 municipais do estado do Rio de Janeiro para observar as variações dentro do estado.

Figura 4: Taxa Líquida de Matrícula de 6 a 10 anos em 2021.

O cenário para a Taxa Líquida de Matrícula no estado do Rio de Janeiro para a faixa etária de 11 a 14 anos, os alunos matriculados nos anos finais do ensino fundamental, segue um padrão diferente das etapas descritas anteriormente. O estado do Rio de Janeiro, com 97,2%, figura entre as dez unidades federativas que apresentam a maior Taxa Líquida de Matrícula dessa faixa etária. Isso pode ser parcialmente explicado devido atuação mais forte da rede pública estadual na oferta de vagas para essa faixa etária, auxiliando municípios na cobertura e possivelmente facilitando o acesso dos jovens à escola. É relevante também investigar programas elaborados pela Seeduc de correção de fluxo (que melhoram os indicadores de distorção idade-série) e que podem ajudar a compreender melhor o resultado.

Em análise ao Censo Escolar de 2021, a rede estadual de educação do Rio de Janeiro contava com 117.637 estudantes com idade entre 11 e 14 anos matriculados em escolas públicas estaduais, o que representa 14% de todos os estudantes dessa faixa etária.

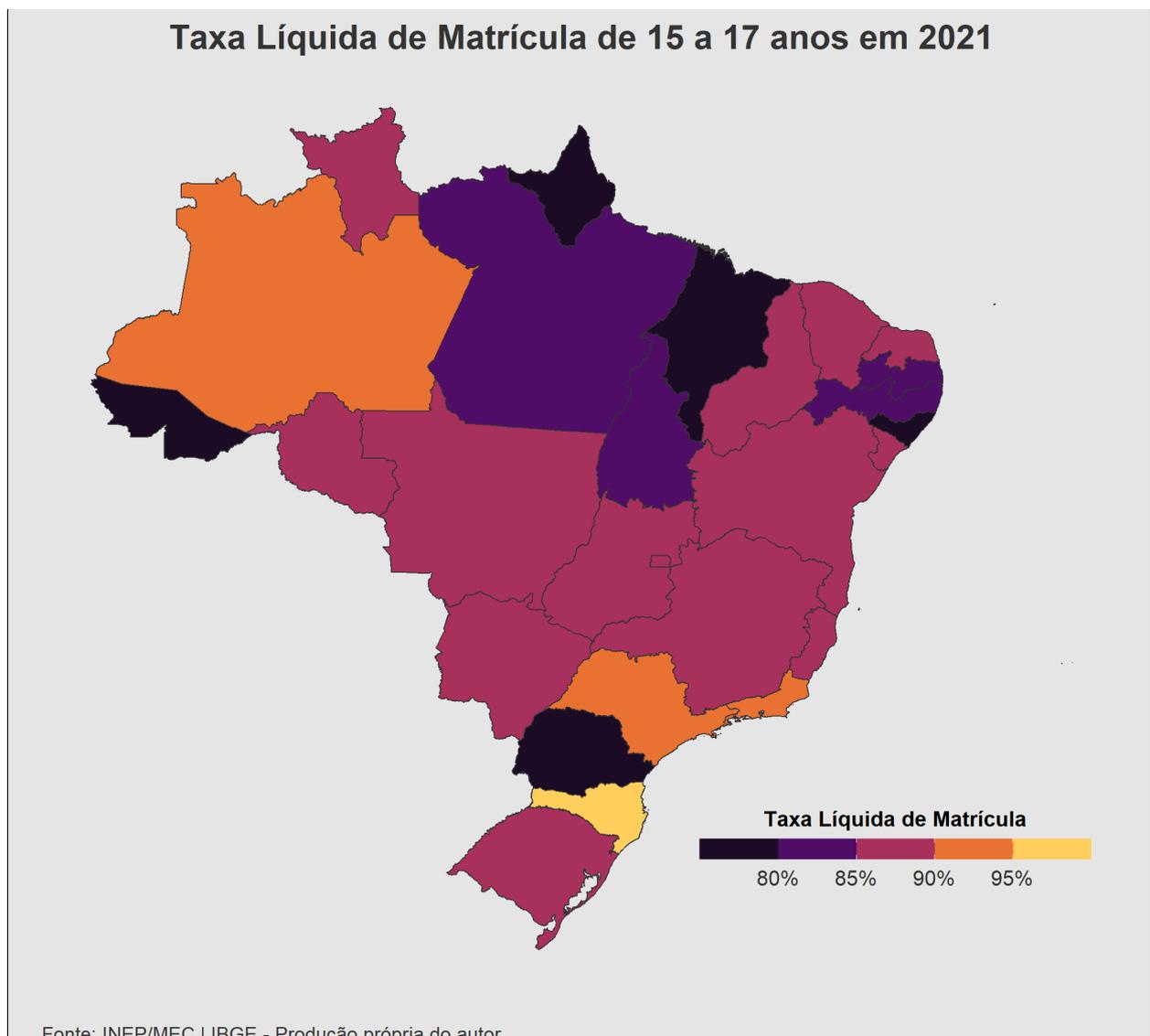
Figura 5: Taxa Líquida de Matrícula de 11 a 14 anos em 2021.



Por fim, como já explorado no início do capítulo, o estado do Rio de Janeiro figura com a terceira maior cobertura do país de atendimento de jovens de 15 a 17 anos, com uma Taxa Líquida de Matrícula de 91,2%. A Figura 6 abaixo indica apresenta o estado na mesma categoria que São Paulo e Amazonas, com uma TLM acima de 90%. É importante ressaltar, porém, que dos 91,2 pontos percentuais (p.p), ao menos 16 p.p (aproximadamente 104mil estudantes de 15 a 17 anos) estão matriculados na rede municipal, o que sugere uma alta distorção idade-série. Ou seja, dado que as redes municipais de

educação do estado do Rio de Janeiro praticamente não atuam no ensino médio, uma alta proporção de estudantes está em atraso escolar ainda estudando no ensino fundamental. É importante ressaltar que investigações mais profundas e completas para compreender esse fenômeno se tornaram praticamente inviáveis, uma vez que a divulgação do Censo Escolar foi modificada, não sendo mais disponibilizado por parte do INEP/MEC os microdados no nível de aluno e, portanto, verificar em quais etapas escolares os jovens de 15 a 17 anos – assim como de outra faixa etária – estão matriculados.

Figura 6: Taxa Líquida de Matrícula de 15 a 17 anos em 2021.



Outra análise importante é olharmos as TLM ao longo dos últimos 5 anos e analisarmos o padrão (aumento ou diminuição da cobertura) considerando as diferentes etapas da Educação Básica. Essa análise longitudinal permite a observação de uma série temporal

interrompida pelo evento da pandemia e identificar se há uma associação entre o evento da pandemia e uma quebra na TLM ao longo dos anos. Ainda mais importante, analisar se a quebra é mais ou menos acentuada em diferentes etapas e faixas etárias do processo de escolarização. A hipótese inicial do estudo é que a pandemia irá afetar negativamente as TLM no Brasil e seus efeitos médios serão maiores em dois grupos específicos. De um lado as crianças pequenas matriculadas na Educação Infantil. O outro grupo sensível são os adolescentes matriculados no Ensino Médio. Esses são os dois grupos que a literatura internacional sugere que os de maior risco para abandonar a escola diante da crise da pandemia na educação (TSOLOU, 2021; IDEP, .

Tabela 14: Taxa Líquida de Matrícula de total (pública e privada) - Brasil

Etapa	2017	2018	2019	2020	2021
BRASIL					
0 a 3 anos	28,87	30,22	30,9	29,38	27,1
4 a 5 anos	85,97	86,43	86,9	86,82	82,2
6 a 10 anos	95,82	95,79	96,3	95,65	95,1
11 a 14 anos	95,75	96,17	96,0	96,48	95,8
15 a 17 anos	85,85	86,07	86,0	87,27	87,9

Fonte: Censo Escolar - INEP/MEC | IBGE | Produção própria dos autores
 †Azul: taxa líquida 2021 > 2019 | Laranja: taxa líquida 2021 < 2019

Os dados apresentados na Tabela 14 corroboram parcialmente a hipótese do estudo. A série histórica na Educação Infantil indica claramente uma descontinuidade na trajetória da TLM quando comparamos os valores antes e durante a pandemia. Dados de outros estudos sugerem que a trajetória de aumento da TLM de Educação Infantil é mais antiga e já durava mais de 20 anos. No entanto, no ano de 2020, esse crescimento constante é interrompido com uma queda em 2020 que se acentua ainda mais em 2021. Analisando a diferença nas TLM entre 2021 e 2019 podemos observar uma queda na considerando todas as crianças de 0 a 3 anos matriculadas em Creches no Brasil de 3,8%. Esse é um dado preocupante e que deixa os sistemas educacionais ainda mais distantes de atingirem a Meta 1 do PNE.

Os dados para a pré-escola, etapa obrigatório do processo de escolarização, são ainda preocupantes com uma queda percentual entre os anos de 2021 e 2019 de 4,7%. Esse resultado merece análises completares de outros estudos, que busquem investigar os motivos para a queda mais acentuada na pré-escola. É resultado é contraintuitivo uma vez

que a matrícula na pré-escola é compulsória e na creche não. A hipótese inicial indicava que na etapa não obrigatória, as taxas de abandono ou queda na TLM seriam maiores, no entanto, os dados sugerem um cenário distinto. Em ambas as etapas da Educação Infantil observamos uma inversão de tendência histórica mudando de um aumento gradual para uma queda acentuada na TLM. Essa queda, no entanto, foi maior na pré-escola, o que reforça a necessidade de compreender melhor os mecanismos que explicam esse fenômeno e programas de busca ativa que ajudam a trazer de volta para a escola as crianças que deixaram de frequentar a Educação Infantil.

6.2 Taxa Líquida de Matrícula no estado do Rio de Janeiro entre 2017 e 2021

Essa seção analisa a evolução da TLM para todas as etapas da Educação Básica no estado do Rio de Janeiro entre 2017 e 2021. Há dois objetivos principais. O primeiro é analisar mudanças nos padrões comparando os anos antes (2017, 2018 e 2019) e durante (2020 e 2021) a pandemia. O segundo é descrever se alguma etapa/faixa etária foi mais fortemente impactada pela queda nas TLM. O resultado é importante para orientar os gestores na elaboração de programas que garantam o retorno das crianças e jovens que porventura tenham abandonado a escola durante a interrupção das atividades presenciais. Os dados descritivos sugerem uma associação entre a interrupção das atividades presenciais ao longo de 2020 e 2021 e uma diminuição da TLM para todas as faixas etárias. No entanto, os dados sugerem que a magnitude dos efeitos varia dependendo da faixa etária.

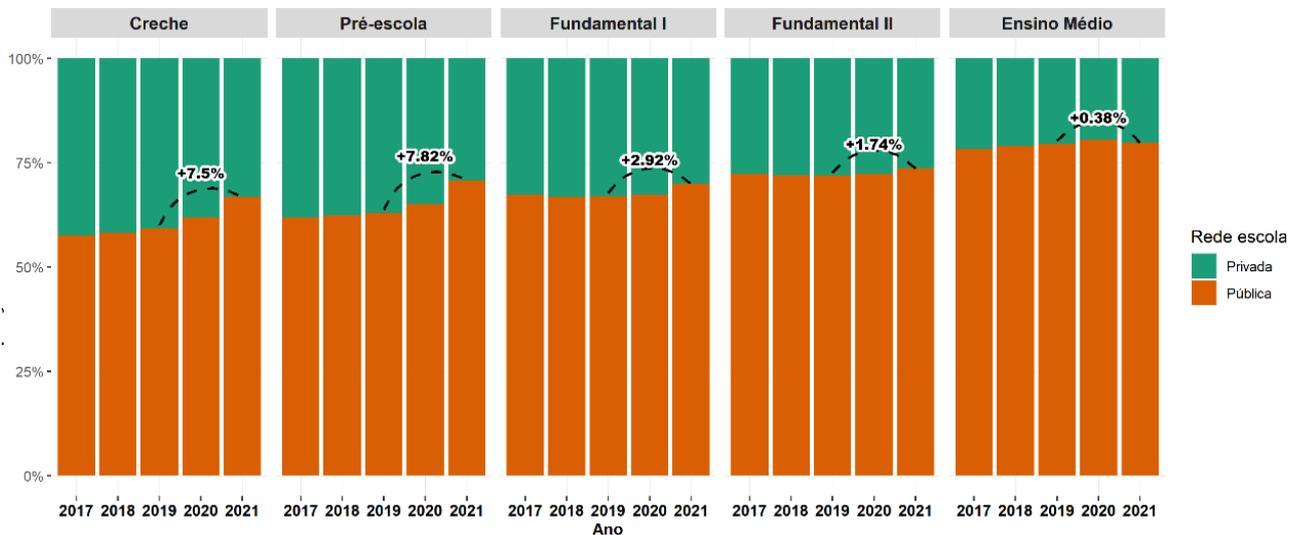
A Tabela 15 apresenta a TLM por idade para todas as etapas da Educação Básica no estado do Rio de Janeiro. Os dados incluem alunos matriculados nas redes públicas e privada de ensino.

Tabela 15: Taxa líquida de matrícula por idade no estado do Rio de Janeiro - Rede: Total

Etapa I	2017	2018	2019	2020	2021
Total					
0 a 3 anos	26.4%	26.6%	27.3%	25.6%	22.6%
4 a 5 anos	80.2%	80.2%	80.5%	80%	74.2%
6 a 10 anos	96.4%	95.9%	96%	94.9%	93%
11 a 14 anos	98.7%	99.1%	98.4%	98.7%	97.2%
15 a 17 anos	90.3%	90.9%	91.6%	94%	91.2%
Fonte: Censo Escolar - INEP/MEC Produção própria dos autores					
1Azul: taxa líquida 2021 > 2019 Laranja: taxa líquida 2021 < 2019					

O padrão observado nas matrículas no estado do Rio de Janeiro não é diferente do observado no Brasil, exceto para os alunos entre 15 e 17 anos. Para todas as faixas etárias na Educação Infantil e no Ensino Fundamental observamos quedas nas TLM, com perdas mais acentuadas na Educação Infantil. Importante salientar também queda de 3% comparando os anos de 2021 e 2019 nos anos iniciais do ensino fundamental. No ensino médio, o estado do Rio de Janeiro apresentou uma queda de 0,4%, o que é diferente do observado na média nacional com pequeno aumento no período. Alguns pontos merecem atenção. Primeiro é que o estado do Rio de Janeiro tem uma TLM alta, bem acima da média, nacional e em contextos de crise é esperado uma queda mais acentuada das redes com maior cobertura – regressão a média. Segundo é relevante destacar que a pandemia, em especial o dado de 2021, quebra uma série histórica de melhora na TLM na faixa etária entre 15 e 17 anos no estado do Rio de Janeiro. Essa inversão de tendência deve ser acompanhada nos anos subsequentes com o objetivo de monitorar a evolução dos dados e retomada da trajetória de melhora observada entre 2017 e 2019. O Gráfico XX apresenta os mesmos dados com arte que facilita a interpretação.

Proporção do total de matrículas escolar na rede pública e privada no estado do Rio de Janeiro (2017 - 2021)



Fonte: INEP/MEC

Outro ponto já mencionado em outros momentos do relatório e que merece atenção é sobre a qualidade da informação. Esse dado deve ser interpretado com cautela, em especial quando comparamos com dados nacionais que podem sofrer variações importantes na qualidade da informação nos anos de pandemia.

Outra estratégia para tentar compreender melhor o fenômeno na queda da TLM é discriminar os dados considerando as matrículas nas redes pública e privada de forma separada. Análises anteriores realizadas sobre as taxas de abandono sugerem que o fenômeno estava mais concentrado na rede privada no ano de 2020. O cenário mudava no ano de 2021 com a rede pública aumentando o percentual de alunos que abandonavam a escola. A Tabela 16 apresenta a TLM considerando todos os alunos matriculados na rede pública (municipal, estadual e federal).

Os dados são reveladores sobre alterações nos padrões da TLM antes e durante a pandemia comparando diferentes etapas da educação básica. A diminuição de matrículas na pré-escola parece, pelo menos no caso do estado do Rio de Janeiro, um fenômeno concentrado nas matrículas na rede privada. Esse é um resultado importante porque pode sugerir um aumento de pressão por vagas na rede pública ao longo dos anos de 2020 e 2021. Observem que não há mudança na tendência da TLM para crianças entre 4 e 5 anos com aumentos pequenos e constantes da cobertura. Cabe reforçar que os dados apresentados na Tabela 15 (todas as matrículas na pré-escola no estado do Rio de Janeiro) sugerem uma queda de aproximadamente 6,3%. Os dados sugerem que o fenômeno pode ser explicado pelas quedas observadas na rede privada. Esse é um ponto de atenção que deve ser monitorado pelos gestores em 2022 e 2023 com o objetivo de dimensionar a nova demanda por vagas nessa faixa etária. Por outro lado, a queda na TLM na

creche na rede pública acende um alerta e deve ser foco de estudos mais aprofundados para compreender os mecanismos que explicam a interrupção da série histórica de aumento da cobertura para a faixa etária entre 0 e 3 anos.

Tabela 16: Taxa Líquida de Matrícula por idade no estado do Rio de Janeiro - Rede: Pública Unificada

Etapa1	2017	2018	2019	2020	2021
Pública Unificada					
0 a 3 anos	4.9%	5%	5.2%	5.2%	4.9%
4 a 5 anos	16.6%	16.7%	17%	17.3%	17.5%
6 a 10 anos	20.7%	20.5%	20.6%	20.6%	21.1%
11 a 14 anos	23.5%	23.5%	23.4%	23.6%	23.5%
15 a 17 anos	23.8%	24.1%	24.2%	25.1%	24%
Fonte: Censo Escolar - INEP/MEC Produção própria dos autores					
1Azul: taxa líquida 2021 > 2019 Laranja: taxa líquida 2021 < 2019					

As Tabelas 17, 18 e 19 apresentam as TLM discriminando as matrículas na rede privada e nas redes públicas municipal e estadual no estado do Rio de Janeiro. Chamamos a atenção para o pequeno aumento na TLM na faixa etária entre 15 e 17 anos (ensino médio) na rede pública estadual, o que deve ser monitorado nos anos subsequentes para compreender melhor se há maior pressão por vagas na rede pública estadual para essa faixa etária. No Apêndice 1 estão publicadas Tabelas que apresentam a diferença (delta) entre os percentuais nas TLM entre os anos de 2021 e 2019. A diferença pode ser interpretada como uma evidência inicial de associação entre a interrupção das atividades presenciais nas escolas em 2020 e 2021 e as tendências para as TLM nas redes de ensino.

Tabela 17: Taxa Líquida de Matrícula por idade no estado do Rio de Janeiro - Rede: Privada

Etapa ¹	2017	2018	2019	2020	2021 ¹
Privada					
0 a 3 anos	11.8%	11.7%	11.6%	10.1%	7.8%
4 a 5 anos	30.4%	29.9%	29.7%	28.1%	21.7%
6 a 10 anos	34.2%	34.3%	34.2%	33.2%	29.8%
11 a 14 anos	28.1%	28.6%	28.3%	28%	26.7%
15 a 17 anos	19%	18.7%	19%	18.8%	19.2%
Fonte: Censo Escolar - INEP/MEC Produção própria dos autores					
1Azul: taxa líquida 2021 > 2019 Laranja: taxa líquida 2021 < 2019					

Tabela 18: Taxa líquida de matrícula por idade no estado do Rio de Janeiro - Rede: Municipal

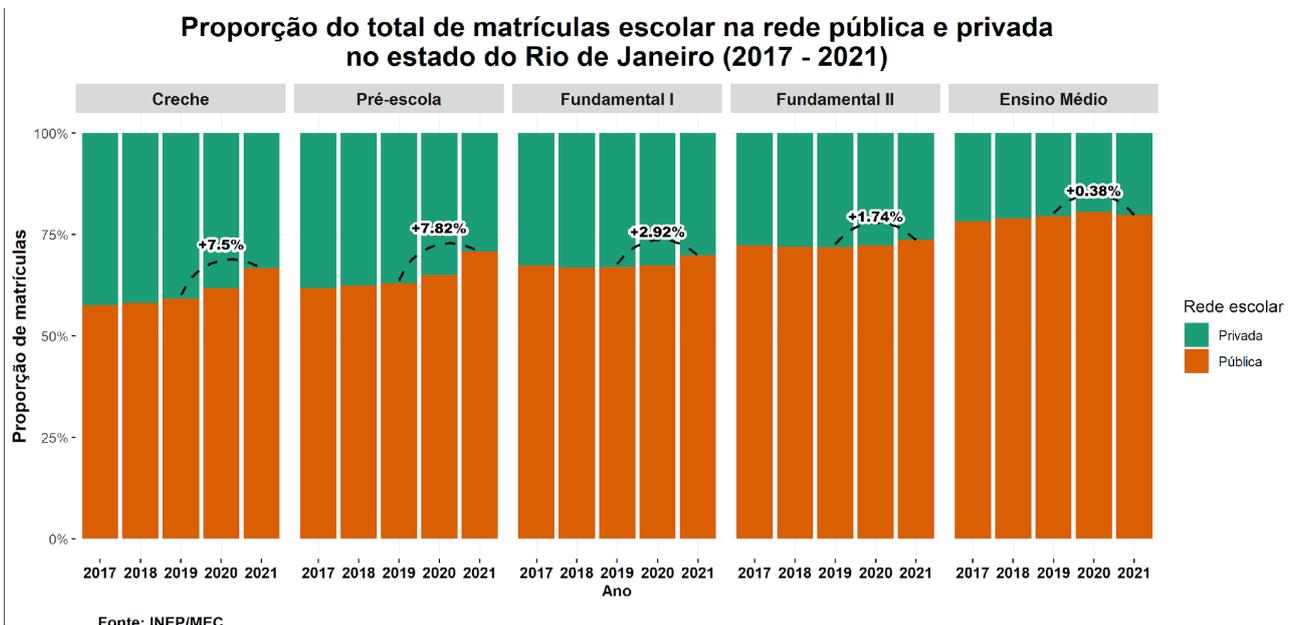
Etapa ¹	2017	2018	2019	2020	2021 ¹
Municipal					
0 a 3 anos	14.6%	14.9%	15.6%	15.4%	14.8%
4 a 5 anos	49.7%	50.1%	50.7%	51.8%	52.5%
6 a 10 anos	61.7%	61.1%	61.3%	61.2%	62.7%
11 a 14 anos	55.6%	56.2%	55.6%	55.6%	55.8%
15 a 17 anos	19.1%	18.8%	17.1%	16.8%	16%
Fonte: Censo Escolar - INEP/MEC Produção própria dos autores					
1Azul: taxa líquida 2021 > 2019 Laranja: taxa líquida 2021 < 2019					

Tabela 19: Taxa líquida de matrícula por idade no estado do Rio de Janeiro - Rede: Estadual

Etapa I	2017	2018	2019	2020	2021
Estadual					
0 a 3 anos	0%	0%	0%	0%	0%
4 a 5 anos	0%	0%	0%	0%	0%
6 a 10 anos	0.2%	0.1%	0.2%	0.2%	0.1%
11 a 14 anos	14.3%	13.7%	13.8%	14.4%	14%
15 a 17 anos	49.9%	51%	53%	55.8%	53.7%

Fonte: Censo Escolar - INEP/MEC | Produção própria dos autores

1Azul: taxa líquida 2021 > 2019 | Laranja: taxa líquida 2021 < 2019



CONCLUSÃO

O relatório analisa os efeitos da pandemia do Covid-19 no abandono escolar no estado do Rio de Janeiro. Para isso utiliza dados do Censo Escolar/Inep e das projeções populacionais do IBGE para descrever as taxas de abandono escolar e Taxa Líquida de Matrícula ao longo dos últimos cinco anos – entre 2017 e 2021.

Os dados analisados sobre as taxas de abandono, com base em diferentes estratos de análise, permitiram um diagnóstico mais detalhado sobre o fenômeno no Brasil, em diferentes regiões do país e no estado do Rio de Janeiro nas duas etapas do ensino fundamental e no ensino médio. Os resultados sugerem que a interrupção das atividades presenciais ao longo do ano de 2020 e 2021 está associado com um aumento do indicador de abandono escolar calculado pelo Inep. Comparando os anos pré pandemia (2017, 2018 e 2019) com os anos durante a pandemia (2020 e 2021) é possível observar um aumento das taxas de abandono, em especial para as crianças pequenas matriculadas na Educação Infantil.

Outro ponto que merece destaque é que a maior parte do abandono mensurado a partir do indicador do Inep em 2020 pode ser explicado pela variação observada na rede privada de ensino. Esse resultado deve ser interpretado com cautela. A série temporal interrompida descrita no relatório mostra uma associação clara entre o evento da pandemia em 2020 e um aumento muito grande de abandono na rede privada. No segundo ano da pandemia, as taxas de abandono na rede privada retornaram para patamares próximos ao período pré pandemia. Os dados para a rede pública apresentam comportamento distinto com uma estabilidade ou em alguns estratos queda no abandono em 2020, seguido de um aumento no segundo ano da pandemia (2021). Esse resultado não é plausível e reforça a hipótese subnotificação do abandono escolar no dado produzido pelo Inep, em especial para o ano de 2020.

É muito importante que as redes públicas continuem monitorando as taxas de abandono, evasão escolar e Taxa Líquida de Matrícula nos anos de 2022 e 2023 com o objetivo de compreender melhor os efeitos da pandemia no abandono não apenas no curto como no médio prazo.

A análise específica para a rede pública estadual do Rio de Janeiro sugere taxas de abandono baixas no ano de 2021 quando comparados à outras regiões do país e à média do país, em especial para o ensino médio. Esse resultado precisa ser monitorado nos anos subsequentes.

Os resultados apresentados neste relatório demonstram a necessidade do acompanhamento das taxas de abandono e TLM em todas as etapas da educação básica nos próxi-

mos anos. Trata-se de um direito básico das crianças e adolescentes e os resultados apresentados sugerem um cenário de reversão de tendência, com uma diminuição do acesso à escola. Importante destacar que os resultados sobre abandono escolar apresentados nesse relatório estão em linha com as principais evidências internacionais e nacionais sobre os efeitos da pandemia no abandono ao sugerirem que os impactos maiores foram para as crianças pequenas e para os adolescentes no ensino médio.

A saída de alunos da rede privada demonstrada com a diminuição do total de matrículas em 2020 e 2021 pode aumentar a pressão sobre os sistemas públicos de ensino por novas vagas. Esse aumento de pressão pode, em última instância, elevar a quantidade de estudantes nas escolas e demandar mais recursos humanos nas redes públicas e incrementos na estrutura física. Esse é um cenário desafiador e que deve ser monitorado de perto pelos gestores públicos com o objetivo de garantir a oferta das vagas e não impactar de forma negativa as TLM para as diferentes faixas etárias.

Por fim uma reflexão final. Os dados sobre abandono escolar dizem pouco sobre a qualidade do ensino e das atividades remotas desenvolvidas ao longo de 2020 e 2021. Mesmo que em determinados estratos o aumento do abandono escolar não tenha sido muito alto, é importante considerar que é altamente provável que, na média, os alunos matriculados nas escolas públicas da rede estadual do Rio de Janeiro tenham aprendido em um ritmo mais lento durante os alunos de pandemia e as desigualdades de aprendizagem tenham se ampliado. A permanência dos alunos na escola é elemento chave para pensar um plano de recuperação da educação que deve necessariamente focar em três aspectos chave: a) acolhimento, bem-estar e saúde mental no momento do retorno presencial, b) diagnóstico individual sobre a defasagem no aprendizado, c) programas de recuperação do aprendizado, com foco especial nos alunos em situação de maior vulnerabilidade social.

O primeiro passo é trazer de volta para a escola aqueles que por diferentes motivos abandonaram. Os resultados desse relatório reforçam a importância da implementação de programas de busca ativa com foco nos alunos em situação de maior vulnerabilidade social e das crianças na Educação Infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Outros programas comprovadamente eficazes que aumentam a chance de permanência dos alunos na escola (por exemplo, programas de complementação de renda atrelado a frequência do aluno à escola), são importantes nesse contexto de reversão de uma tendência histórica de aumento das Taxas Líquidas de Matrícula em diferentes etapas da escolarização obrigatória.

REFERENCIAS

BARTHOLO, T. L.; KOSLINSKI, M. O impacto da pandemia da Covid-19 no aprendizado e bem-estar das crianças. Relatório de Pesquisa Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. Disponível em: <https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/biblioteca/impacto-covid-criancas/>

BARTHOLO, T. L.; KOSLINSKI, M. Aprendizagem na Educação Infantil e pandemia: em estudo em Sobral. Relatório de Pesquisa Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. Disponível em < <https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/biblioteca/impacto-aprendizadem-covid-so-bral/>>

BARTHOLO, T. L.; KOSLINSKI, M. C ; ANDRADE, F. M. ; CASTRO, D. L. . Segregação Escolar e Desigualdades Educacionais no Início da Escolarização no Brasil. REVISTA ELECTRÓNICA IBEROAMERICANA SOBRE CALIDAD, EFICACIA Y CAMBIO EN EDUCACIÓN v. 18, p. 57-76, 2020.

CASTRO, D. L. Público ou Privada: O impacto da rede escolar na aprendizagem e desigualdades escolar. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021.

BARBIERIA, L. G.; CANTANELLI, L. G.; SCHMALZ, P. H. S. Uma avaliação dos programas de educação pública dos estados e capitais brasileiras durante a pandemia do COVID-19. FGV/EESP CLEAR, 2021. Disponível em: [remote-learning-in-the-covid-19-pandemic-v-1-0-portuguese-diagramado-1.pdf](#) (fgvclear.org). Acesso em: 05 de maio de 2021.

BARNETT, S. W.; JUNG, K. The Pandemic and Preschool Education in Five Charts, NEPC newsletter, September, 2020.

CAMPOS, M. M.; VIERA, L. F. COVID-19 and early childhood in Brazil: impacts on children's well-being, education and care. European Early Childhood Education Research Journal, v. 29, n. 1, p. 125-140, , 2021.

CARLANA, M.; LA FERRARA, E. Apart but Connected: Online Tutoring and Student Outcomes during the COVID-19 Pandemic. Harvard Kennedy School - Working Paper Series.

CASTRO, M. C. et al., Spatiotemporal pattern of COVID-19 spread in Brazil. Science, v. 372, n. 6544, p.821-82610.1126/science.abh1558, 2021.

DAMIANI, Magda Floriana et al. Educação infantil e longevidade escolar: dados de um estudo longitudinal. Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 22, n. 50, p. 515-532, 2011.

DOWNEY, D. B., HIPPEL, P. T., BECKETT, A. Are Schools the Great Equalizer? Cognitive

Inequality during the Summer Months and the School Year. *American Sociological Review*, Vol. 69, No. 5 (Oct., 2004), pp. 613-635.

EDUCATION ENDOWMENT FOUNDATION. Impact of school closures on the attainment gap, Rapid Evidence Assessment, London, Jun. 2020. Disponível em: [EEF \(2020\) - Impact of School Closures on the Attainment Gap.pdf \(educationendowmentfoundation.org.uk\)](#). Acesso em: NOV. 5, 2020.

EDUCATION ENDOWMENT FOUNDATION. Remote Learning, Rapid Evidence Assessment, London: Education Endowment Foundation, Abril, 2020. Disponível em: [Best Evidence on Supporting Students to Learn Remotely - EEF - Full Report.pdf](#). Acesso em: Nov. 5, 2020.

ENGZELL, P., FREY, A.; VERHAGEN, M. D. Learning Inequality During the Covid-19 Pandemic. *SocArXiv*, 29, Oct. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.31235/osf.io/ve4z7>. Acesso em: Nov. 5, 2020.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS; FUNDAÇÃO LEMANN; FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO; INSTITUTO PENÍNSULA; ITAÚ SOCIAL. Retratos da educação no contexto da pandemia do coronavírus. Perspectivas em diálogo. São Paulo, FCC/F. Lemann/F. R. Marinho/I. Península/Itaú Social, Agosto, 2020.

GOMES, C. A. G., SÁ, S. O., VÁSQUEZ-JUSTO, E., COSTA-LOBO, C. EDUCATION DURING AND AFTER THE PANDEMIC. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v.29, n.112, p. 574-594, jul./set. 2021

GUERRERO, G. Midiendo el Impacto de la Covid-19 em los Niños y Niñas menores de seis años en América Latina. Programa de Educación del Diálogo Interamericano y la Oficina Regional para América Latina y el Caribe de UNICEF, Diálogos Interamericanos, Washington, DC, 2021.

HASSAN, H.; ISLAM, A.; SIDDIQUE, A.; WANG, L. C. Telemonitoring and homeschooling during school closures: a randomized experiment in rural Bangladesh. *JEL: C93, I21, I24, P46*.

HELVIA, F. J., VERGARA, L.; VELÁSQUEZ—DURAN, A.; CALDERÓN, D. Estimation of the fundamental learning loss and learning poverty related to COVID-19 pandemic in Mexico. *International Journal of Educational Development*, (8) 2022, 102515.

HIGGINS, S., KATSIPATAKI, M., VILLANUEVA-AGUILERA, A. B., COLEMAN, R., HENDERSON, P., MAJOR, L. E., COE, R., & MASON, D. *The Sutton Trust - Education Endowment Foundation Teaching and Learning Toolkit*, 2016.

LICHAND, G, DÓRIA, C., ONÍCIO LEAL NETO et al. (2021). *The Impacts of Remote Learning in Secondary Education: Evidence from Brazil during the Pandemic*, 03 June

2021, PREPRINT (Version 1) available at Research Square. <https://doi.org/10.21203/rs.3.rs-568605/v1>

MALDONADO, J. A.; DE WITT, K. The effect of school closures on standardized test. KU Leuven, Discussion Paper, 2020.

MOSCOVIZ, L., EVANS, D. Learning Loss and Student Dropouts during the COVID-19 Pandemic: A Review of the Evidence Two Years after Schools Shut Down. Center for Global Development. Working Paper 609, Marco, 2022.

OLIVEIRA, B. R.; OLIVEIRA, A. C. P.; JORGE, G. M. S.; COELHO, J. I.F. Implementação da educação remota em tempos de pandemia: análise do Estado de Minas Gerais. Revista Ibero-americana de Estudos em Educação, v. 16, n.1, p. 84-106, 2021.

PASCAL, C.; BERTRAM, T.; CULLINANE, C.; HOLT-WHITE, E. Covid-19 and social mobility impact brief #4: early years. Research Brief. London: The Sutton Trust, Jul. 2020. Disponível em: [Early-Years-Impact-Brief.pdf \(suttontrust.com\)](#). Acesso em: 10 dez. 2020.

ROSE et al (2021). Impact of School Closures and subsequent support strategies on attainment and socio-emotional wellbeing in Key Stage 1. Education Endowment Foundation. Research Report. <<https://educationendowmentfoundation.org.uk/projects-and-evaluation/projects/nfer-impact-of-school-closures-and-subsequent-support-strategies-on-attainment-and-socioemotional-wellbeing-in-key-stage-1>>

SAMMONS, P., SYLVA, K., MELHUSH, E., SIRAJ-BLATCHFORD, I., TAGGART, B., & HUNT, S. Influences on children's attainment and progress in key stage 2: cognitive outcomes in year 6. Nottingham: Department for Children, Schools and Families, 2008.

SYLVA, K., MELHUSH, E., SAMMONS, P., SIRAJ-BLATCHFORD, I., TAGGART, B., & ELIOT, K. Early Childhood Matters: evidence from the Effective Pre-School and Primary Education project, Abingdon: Routledge, 2010.

TSOLOU, O., BABALIS, T., TSOLI, K. The Impact of COVID-19 Pandemic on Education: Social Exclusion and Dropping out of School. Creative Education, 2021, 12, 529-544

VOZES DA EDUCAÇÃO. Levantamento internacional de retomada das aulas presenciais. Disponível em: <https://vozesdaeducacao.com.br/wp-content/uploads/2020/10/Levantamento-internacional_Retomada-presencial-das-aulas.pdf>

UK DEPARTMENT OF EDUCATION. Learning during the pandemic: quantifying lost learning Report 3 of 5 on learning during the 2020 coronavirus (COVID-19) pandemic. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/998934/6803-3_Learning_during_the_pandemic_quantifying_lost_learning.pdf

UK DEPARTMENT OF EDUCATION. Learning during the pandemic: review of international research Report 5 of 5 on learning during the 2020 coronavirus (COVID-19) pandemic. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/1000352/6803-5_Learning_during_the_pandemic-review_of_international_research.pdf

UNESCO. Global monitoring of school closures caused by COVID-19. Available in: <https://en.unesco.org/covid19/educationresponse>.

APÊNDICE 1: TAXA LÍQUIDA DE MATRÍCULA: A DIFERENÇA ENTRE OS ANOS DE 2019 E 2021

Tabela 19: Taxa Líquida de Matrícula de 0 a 3 anos total (pública e privada)

Unidades Federativas

UF	2019	2021	Diferença 2019 e 2021 (p.p) ¹
Sudeste (0 a 3 anos)			
RJ	27.3%	22.6%	-4.7p.p
ES	29.7%	26.7%	-3p.p
MG	31%	24.4%	-6.6p.p
SP	46.1%	41.2%	-4.9p.p
Centro-Oeste (0 a 3 anos)			
DF	18.2%	16.9%	-1.3p.p
GO	20.8%	17.5%	-3.3p.p
MS	34.3%	28.6%	-5.7p.p
MT	29.3%	26.5%	-2.8p.p
Nordeste (0 a 3 anos)			
AL	23.1%	23.8%	0.7p.p
BA	23.1%	20.8%	-2.3p.p
CE	32.4%	29.8%	-2.6p.p
MA	28.8%	28.1%	-0.7p.p
PB	26.3%	24.9%	-1.4p.p
PE	20.8%	16.5%	-4.3p.p
PI	26.8%	25.7%	-1.1p.p
RN	28.8%	24.9%	-3.9p.p
SE	21.3%	17.8%	-3.5p.p
Norte (0 a 3 anos)			
AC	17.4%	16.2%	-1.2p.p
AM	9.1%	9.6%	0.5p.p
AP	6.7%	6.3%	-0.4p.p
PA	13.2%	12.9%	-0.3p.p
RO	13.5%	10.4%	-3.1p.p
RR	13.6%	12.5%	-1.1p.p
TO	26.8%	24.8%	-2p.p
Sul (0 a 3 anos)			
PR	36.1%	29.4%	-6.7p.p
RS	34.5%	29.8%	-4.7p.p
SC	49%	44.1%	-4.9p.p

Fonte: Censo Escolar - INEP/MEC | IBGE | Produção própria dos autores

¹Azul: taxa líquida 2021 > 2019 | Laranja: taxa líquida 2021 < 2019

Table 20: Taxa Líquida de Matrícula de 4 a 5 anos total (pública e privada) - Unidades Federativas

UF	2019	2021	Diferença 2019 e 2021(p.p) ¹
Sudeste (4 a 5 anos)			
RJ	80.5%	74.2%	-6.3p.p
ES	89.4%	84.3%	-5.1p.p
MG	91.2%	85.7%	-5.5p.p
SP	92.7%	88.8%	-3.9p.p
Centro-Oeste (4 a 5 anos)			
DF	88.7%	82.7%	-6p.p
GO	75.2%	69.9%	-5.3p.p
MS	85.9%	79.6%	-6.3p.p
MT	88.2%	84%	-4.2p.p
Nordeste (4 a 5 anos)			
AL	77.2%	72.1%	-5.1p.p
BA	82.8%	77%	-5.8p.p
CE	92.6%	87.9%	-4.7p.p
MA	93.3%	88.7%	-4.6p.p
PB	86.1%	79.1%	-7p.p
PE	79.9%	73.2%	-6.7p.p
PI	95.2%	92.9%	-2.3p.p
RN	87.8%	82.4%	-5.4p.p
SE	80.5%	72.5%	-8p.p
Norte (4 a 5 anos)			
AC	79.3%	74.3%	-5p.p
AM	71.8%	69.5%	-2.3p.p
AP	65%	57.6%	-7.4p.p
PA	80.2%	77.1%	-3.1p.p
RO	78%	69.8%	-8.2p.p
RR	90.3%	82.9%	-7.4p.p
TO	88.1%	83.8%	-4.3p.p
Sul (4 a 5 anos)			
PR	91.9%	87.9%	-4p.p
RS	83.9%	79%	-4.9p.p
SC	96.1%	94.9%	-1.2p.p
Fonte: Censo Escolar - INEP/MEC IBGE Produção própria dos autores			
1Azul: taxa líquida 2021 > 2019 Laranja: taxa líquida 2021 < 2019			

Table 21: Taxa Líquida de Matrícula de 6 a 10 anos total (pública e privada) - Unidades Federativas

UF	2019	2021	Diferença 2019 e 2021(p.p)1
Sudeste (6 a 10 anos)			
RJ	96%	93%	-3p.p
ES	95.4%	93.9%	-1.5p.p
MG	98.2%	96.1%	-2.1p.p
SP	98.2%	96.7%	-1.5p.p
Centro-Oeste (6 a 10 anos)			
DF	100%	100%	0p.p
GO	91%	88.5%	-2.5p.p
MS	99.2%	96.6%	-2.6p.p
MT	100%	100%	0p.p
Nordeste (6 a 10 anos)			
AL	89.7%	89.1%	-0.6p.p
BA	91.4%	91.8%	0.4p.p
CE	96.1%	95.7%	-0.4p.p
MA	95.7%	94.7%	-1p.p
PB	100%	100%	0p.p
PE	92.4%	91.1%	-1.3p.p
PI	98.4%	98%	-0.4p.p
RN	93.7%	91.7%	-2p.p
SE	91.8%	90.5%	-1.3p.p
Norte (6 a 10 anos)			
AC	93.1%	91.4%	-1.7p.p
AM	90.8%	90.1%	-0.7p.p
AP	87.4%	84.5%	-2.9p.p
PA	93%	92.4%	-0.6p.p
RO	95.7%	92.9%	-2.8p.p
RR	100%	100%	0p.p
TO	95.2%	93.4%	-1.8p.p
Sul (6 a 10 anos)			
PR	100%	100%	0p.p
RS	97.8%	95.7%	-2.1p.p
SC	100%	100%	0p.p

Fonte: Censo Escolar - INEP/MEC | IBGE | Produção própria dos autores

1Azul: taxa líquida 2021 > 2019 | Laranja: taxa líquida 2021 < 2019

Table 22: Taxa Líquida de Matrícula de 11 a 14 anos total (pública e privada) - Unidades Federativas

UF	2019	2021	Diferença 2019 e 2021(p.p)1
Sudeste (11 a 14 anos)			
RJ	98.4%	97.2%	-1.2p.p
ES	96.4%	95.6%	-0.8p.p
MG	96.7%	95.9%	-0.8p.p
SP	99.3%	98.8%	-0.5p.p
Centro-Oeste (11 a 14 anos)			
DF	94.9%	98.6%	+3.7p.p
GO	95.4%	92.6%	-2.8p.p
MS	99.8%	99.2%	-0.6p.p
MT	96.9%	98.3%	+1.4p.p
Nordeste (11 a 14 anos)			
AL	88%	89.2%	+1.2p.p
BA	92.5%	93%	0.5p.p
CE	94.6%	96.2%	+1.6p.p
MA	91.2%	93.4%	+2.2p.p

Table 22: Taxa Líquida de Matrícula de 11 a 14 anos total (pública e privada) - Unidades Federativas

UF	2019	2021	Diferença 2019 e 2021(p.p)1
PB	93.3%	96.7%	+3.4p.p
PE	92.8%	92.7%	-0.1p.p
PI	95.4%	98.6%	+3.2p.p
RN	92.8%	91.7%	-1.1p.p
SE	95.3%	94.7%	-0.6p.p
Norte (11 a 14 anos)			
AC	89.3%	88.3%	-1p.p
AM	94%	92.1%	-1.9p.p
AP	89.6%	84.9%	-4.7p.p
PA	92.1%	92.7%	0.6p.p
RO	94.8%	94.2%	-0.6p.p
RR	99.8%	96.1%	-3.7p.p
TO	93.3%	92.2%	-1.1p.p
Sul (11 a 14 anos)			
PR	99.7%	95%	-4.7p.p

Table 22: Taxa Líquida de Matrícula de 11 a 14 anos total (pública e privada) - Unidades Federativas

UF	2019	2021	Diferença 2019 e 2021(p.p) ¹
RS	97.4%	97%	-0.4p.p
SC	100%	100%	0p.p

Fonte: Censo Escolar - INEP/MEC | IBGE | Produção própria dos autores

¹Azul: taxa líquida 2021 > 2019 | Laranja: taxa líquida 2021 < 2019

Table 23: Taxa Líquida de Matrícula de 15 a 17 anos total (pública e privada) - Unidades Federativas

UF	2019	2021	Diferença 2019 e 2021(p.p) ¹
Sudeste (15 a 17 anos)			
RJ	91.6%	91.2%	-0.4p.p
ES	84.8%	89.2%	+4.4p.p
MG	87.5%	87.6%	0.1p.p
SP	87.9%	94.3%	+6.4p.p
Centro-Oeste (15 a 17 anos)			
DF	88%	88.5%	0.5p.p
GO	83.5%	85.8%	+2.3p.p

Table 23: Taxa Líquida de Matrícula de 15 a 17 anos total (pública e privada) - Unidades Federativas

UF	2019	2021	Diferença 2019 e 2021(p.p)1
MS	86.5%	87.2%	0.7p.p
MT	88.2%	89.5%	+1.3p.p
Nordeste (15 a 17 anos)			
AL	76.5%	79.2%	+2.7p.p
BA	84.7%	85.8%	+1.1p.p
CE	83.7%	86.6%	+2.9p.p
MA	78.9%	77.2%	-1.7p.p
PB	81%	83.6%	+2.6p.p
PE	83.3%	83.9%	0.6p.p
PI	87%	89.3%	+2.3p.p
RN	85.7%	86.2%	0.5p.p
SE	84.9%	87.4%	+2.5p.p
Norte (15 a 17 anos)			
AC	79.9%	78.7%	-1.2p.p
AM	87.9%	90.4%	+2.5p.p

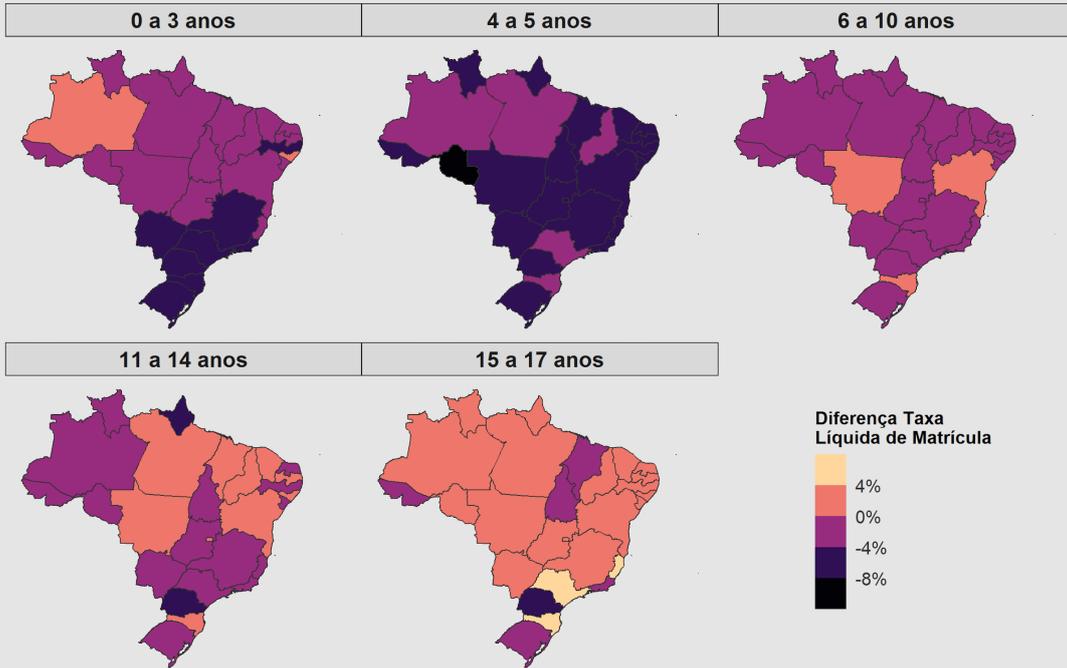
Table 23: Taxa Líquida de Matrícula de 15 a 17 anos total (pública e privada) - Unidades Federativas

UF	2019	2021	Diferença 2019 e 2021(p.p) ¹
AP	78.5%	79.4%	0.9p.p
PA	80.2%	83.1%	+2.9p.p
RO	85.3%	87.6%	+2.3p.p
RR	87.3%	89.2%	+1.9p.p
TO	83.2%	83.1%	-0.1p.p
Sul (15 a 17 anos)			
PR	85.4%	79.1%	-6.3p.p
RS	88.8%	88.7%	-0.1p.p
SC	97.7%	100%	+2.3p.p

Fonte: Censo Escolar - INEP/MEC | IBGE | Produção própria dos autores

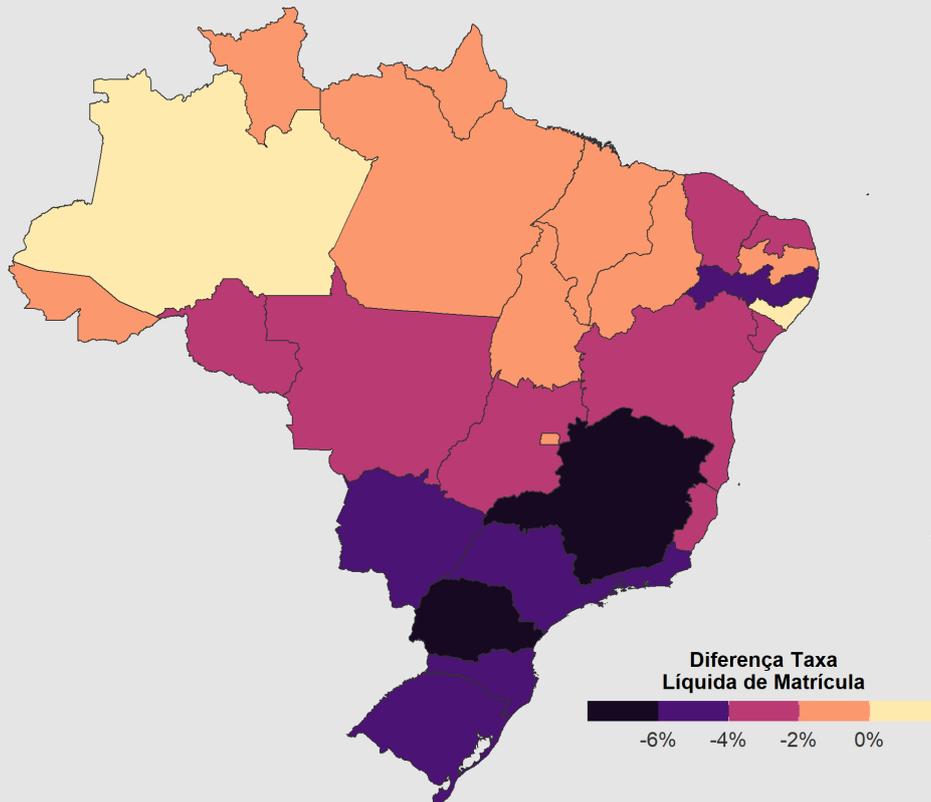
¹Azul: taxa líquida 2021 > 2019 | Laranja: taxa líquida 2021 < 2019

Diferença na Taxa Líquida de Matrícula entre 2019 e 2021



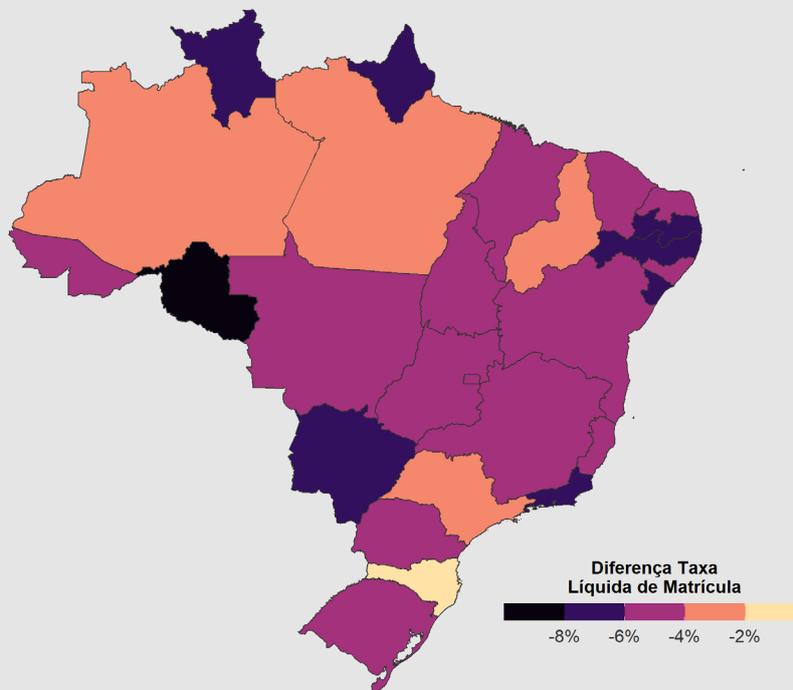
Fonte: INEP/MEC | IBGE - Produção própria do autor

Diferença na Taxa Líquida de Matrícula de 0 a 3 anos entre 2019 e 2021



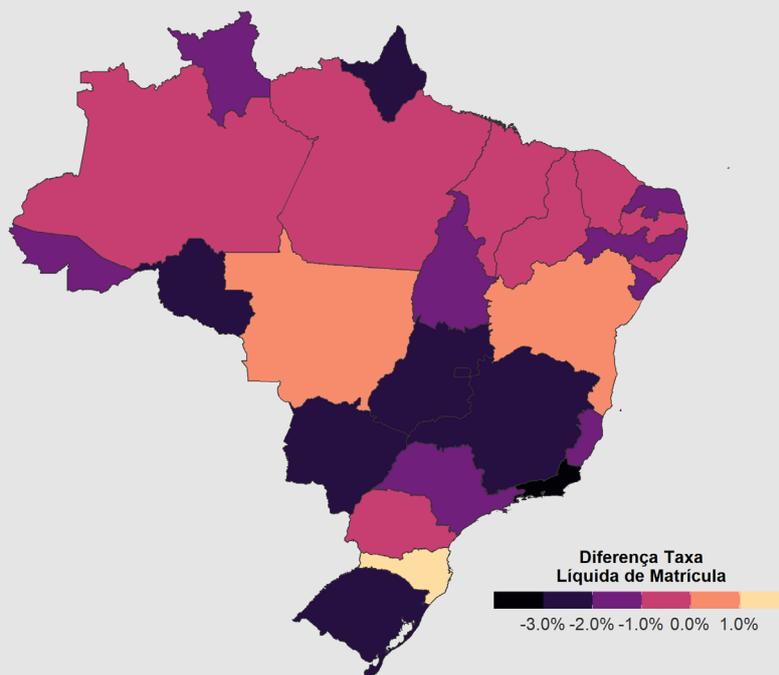
Fonte: INEP/MEC | IBGE - Produção própria do autor

Diferença na Taxa Líquida de Matrícula de 4 a 5 anos entre 2019 e 2021



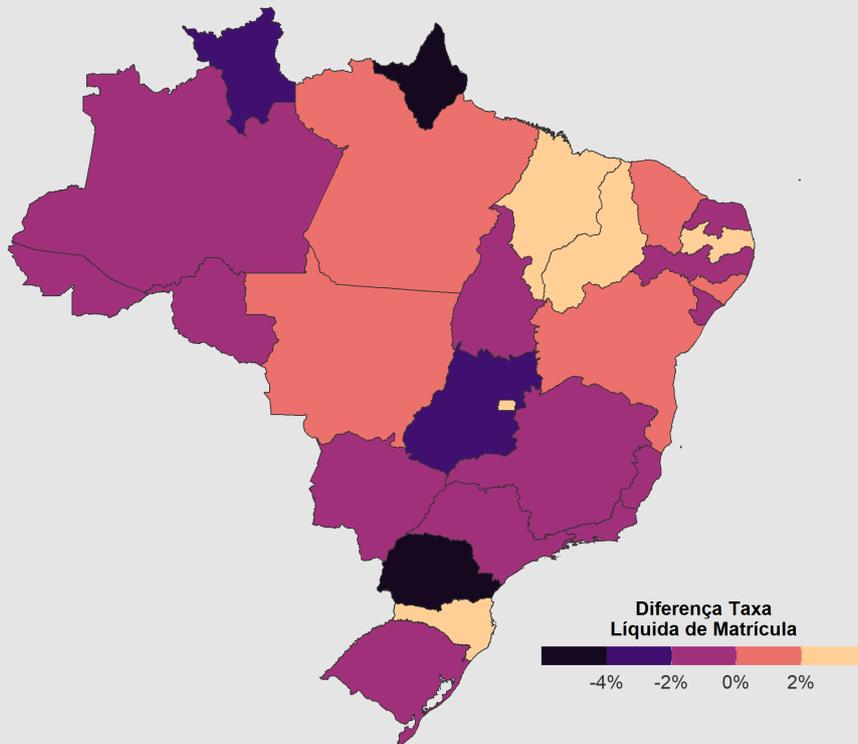
Fonte: INEP/MEC | IBGE - Produção própria do autor

Diferença na Taxa Líquida de Matrícula de 6 a 10 anos entre 2019 e 2021

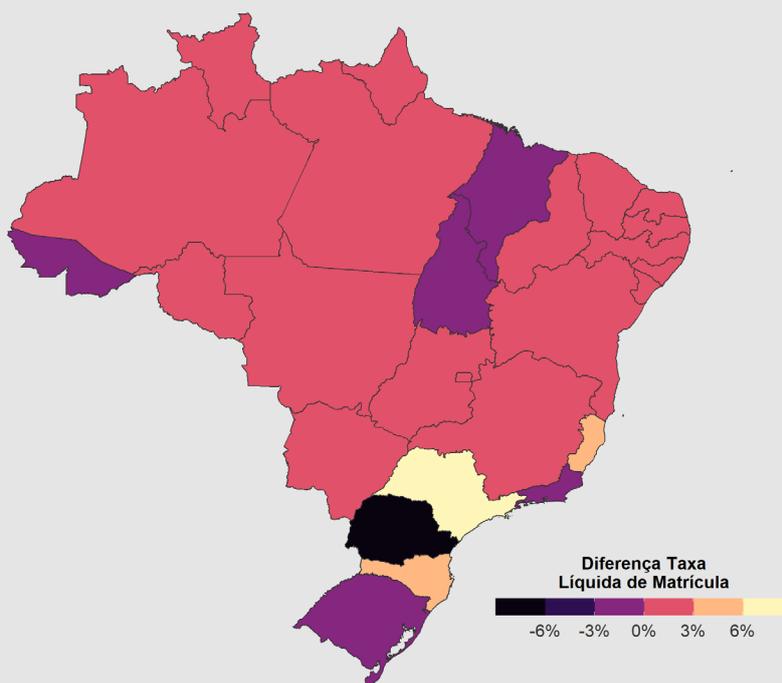


Fonte: INEP/MEC | IBGE - Produção própria do autor

Diferença na Taxa Líquida de Matrícula de 11 a 14 anos entre 2019 e 2021



Diferença na Taxa Líquida de Matrícula de 15 a 17 anos entre 2019 e 2021



APÊNDICE 2: TAXA BRUTA DE MATRÍCULA

Tabela-Apêndice-II 1: Taxa Bruta de Matrícula total (pública e privada)
- Unidades Federativas

UF1	Creche	Pré-escola	Fundamental-I	Fundamental-II	Ensino Médio
Sudeste					
RJ	24.4%	77.2%	100.3%	100%	88.6%
ES	29%	87.6%	98.3%	102.2%	76%
MG	26.5%	84.7%	96.2%	106.8%	80.7%
SP	43.7%	87.7%	98.8%	101.6%	90.1%
Centro-Oeste					
DF	18.5%	86.4%	106.8%	102.1%	83.7%
GO	18.7%	73%	90.1%	97.2%	84.3%
MS	30.9%	81.2%	101.9%	105.7%	88%
MT	28.9%	87.6%	101.8%	100.3%	95.5%
Nordeste					
AL	25.4%	74.8%	94.8%	96%	71%
BA	22.4%	80.3%	100.5%	103.5%	90.8%
CE	32.6%	88.8%	96.6%	100.6%	88%
MA	29.5%	90.4%	101.5%	100.8%	67.7%
PB	26%	81.4%	106.9%	104.7%	77%
PE	16.9%	75.4%	96.9%	97.5%	75.1%
PI	28.2%	95.9%	105.8%	104.1%	80.5%
RN	27.4%	84.7%	97.9%	101.9%	83.2%
SE	18.4%	75.9%	99.1%	106%	75.6%

UF1	Creche	Pré-escola	Fundamental-I	Fundamental-II	Ensino Médio
Norte					
AC	17.3%	76.3%	101%	95.1%	73.6%
AM	10.7%	73.7%	97%	96.2%	91.5%
AP	6.9%	61.1%	95%	87.6%	69.9%
PA	14.3%	79.7%	103.6%	101.4%	81.2%
RO	11.9%	68.8%	92.4%	109.5%	80.3%
RR	13.7%	87.6%	106.6%	99.9%	84.3%
TO	26.8%	82.1%	94.2%	104.8%	83.2%
Sul					
PR	31.3%	88.4%	98.9%	98.4%	81.3%
RS	31.5%	83.7%	100.8%	105.5%	79.1%
SC	46.3%	99.1%	106.2%	113.9%	96%

Fonte: Censo Escolar - INEP/MEC | IBGE | Produção própria dos autores

1 Vermelho: Menor taxa bruta de matrícula da região para a etapa escolar
Verde: Maior taxa bruta de matrícula da região para a etapa escolar

Tabela-Apêndice-II 2: Taxa Bruta de Matrícula de Creche total (pública e privada) - Unidades Federativas

UF	2019	2021	Diferença 2019 e 2021(p.p)12
Sudeste (Creche)			
RJ	28.6%	24.4%	-4.2p.p.
ES	32.2%	29%	-3.2p.p.
MG	31.1%	26.5%	-4.6p.p.
SP	47.5%	43.7%	-3.8p.p.

UF	2019	2021	Diferença 2019 e 2021(p.p)12
Centro-Oeste (Creche)			
DF	19.9%	18.5%	-1.4p.p.
GO	21.7%	18.7%	-3p.p.
MS	35.7%	30.9%	-4.8p.p.
MT	31.5%	28.9%	-2.6p.p.
Nordeste (Creche)			
AL	24.6%	25.4%	+0.8p.p.
BA	24.2%	22.4%	-1.8p.p.
CE	34.7%	32.6%	-2.1p.p.
MA	28.5%	29.5%	+1p.p.
PB	26.2%	26%	-0.2p.p.
PE	20%	16.9%	-3.1p.p.
PI	28.3%	28.2%	-0.1p.p.
RN	31.2%	27.4%	-3.8p.p.
SE	20.4%	18.4%	-2p.p.
Norte (Creche)			
AC	18.2%	17.3%	-0.9p.p.
AM	10.2%	10.7%	+0.5p.p.
AP	7.3%	6.9%	-0.4p.p.
PA	14.1%	14.3%	+0.2p.p.
RO	12.6%	11.9%	-0.7p.p.
RR	14.9%	13.7%	-1.2p.p.
TO	26.6%	26.8%	+0.2p.p.

UF	2019	2021	Diferença 2019 e 2021(p.p)12
Sul (Creche)			
PR	36.2%	31.3%	-4.9p.p.
RS	35.8%	31.5%	-4.3p.p.
SC	50.1%	46.3%	-3.8p.p.

Fonte: Censo Escolar - INEP/MEC | IBGE | Produção própria dos autores

1p.p.: Pontos percentuais

2Azul: taxa líquida 2021 > 2019 | Laranja: taxa líquida 2021 < 2019

Tabela-Apêndice-II 3: Taxa Bruta de Matrícula de Pré-escola total (pública e privada) - Unidades Federativas

UF	2019	2021	Diferença 2019 e 2021(p.p)12
Sudeste (Pré-escola)			
RJ	83.7%	77.2%	-6.5p.p.
ES	91.7%	87.6%	-4.1p.p.
MG	88.2%	84.7%	-3.5p.p.
SP	92.5%	87.7%	-4.8p.p.
Centro-Oeste (Pré-escola)			
DF	92%	86.4%	-5.6p.p.
GO	76%	73%	-3p.p.
MS	83.1%	81.2%	-1.9p.p.
MT	91.3%	87.6%	-3.7p.p.
Nordeste (Pré-escola)			
AL	79.2%	74.8%	-4.4p.p.

UF	2019	2021	Diferença 2019 e 2021(p.p) ¹²
BA	86.5%	80.3%	-6.2p.p.
CE	92.5%	88.8%	-3.7p.p.
MA	96.1%	90.4%	-5.7p.p.
PB	87.8%	81.4%	-6.4p.p.
PE	82.5%	75.4%	-7.1p.p.
PI	99.4%	95.9%	-3.5p.p.
RN	89.9%	84.7%	-5.2p.p.
SE	84.6%	75.9%	-8.7p.p.
Norte (Pré-escola)			
AC	79.8%	76.3%	-3.5p.p.
AM	75.5%	73.7%	-1.8p.p.
AP	67.9%	61.1%	-6.8p.p.
PA	81.9%	79.7%	-2.2p.p.
RO	64.2%	68.8%	+4.6p.p.
RR	94.7%	87.6%	-7.1p.p.
TO	80.6%	82.1%	+1.5p.p.
Sul (Pré-escola)			
PR	86.5%	88.4%	+1.9p.p.
RS	88.9%	83.7%	-5.2p.p.
SC	101.1%	99.1%	-2p.p.

Fonte: Censo Escolar - INEP/MEC | IBGE | Produção própria dos autores

1p.p.: Pontos percentuais

2Azul: taxa líquida 2021 > 2019 | Laranja: taxa líquida 2021 < 2019

Tabela-Apêndice-II 4: Taxa Bruta de Matrícula de Fundamental-I total (pública e privada) - Unidades Federativas

UF	2019	2021	Diferença 2019 e 2021(p.p)12
Sudeste (Fundamental-I)			
RJ	105.3%	100.3%	-5p.p.
ES	101.9%	98.3%	-3.6p.p.
MG	102.1%	96.2%	-5.9p.p.
SP	101.7%	98.8%	-2.9p.p.
Centro-Oeste (Fundamental-I)			
DF	110.2%	106.8%	-3.4p.p.
GO	95%	90.1%	-4.9p.p.
MS	108.9%	101.9%	-7p.p.
MT	101.7%	101.8%	+0.1p.p.
Nordeste (Fundamental-I)			
AL	99.3%	94.8%	-4.5p.p.
BA	103.6%	100.5%	-3.1p.p.
CE	98.8%	96.6%	-2.2p.p.
MA	105.8%	101.5%	-4.3p.p.
PB	110.9%	106.9%	-4p.p.
PE	102.2%	96.9%	-5.3p.p.
PI	110.2%	105.8%	-4.4p.p.
RN	103%	97.9%	-5.1p.p.
SE	105.6%	99.1%	-6.5p.p.
Norte (Fundamental-I)			

UF	2019	2021	Diferença 2019 e 2021(p.p)12
AC	105.5%	101%	-4.5p.p.
AM	100.7%	97%	-3.7p.p.
AP	100.1%	95%	-5.1p.p.
PA	109.2%	103.6%	-5.6p.p.
RO	105.9%	92.4%	-13.5p.p.
RR	108%	106.6%	-1.4p.p.
TO	105.2%	94.2%	-11p.p.
Sul (Fundamental-I)			
PR	103%	98.9%	-4.1p.p.
RS	105%	100.8%	-4.2p.p.
SC	105.2%	106.2%	+1p.p.

Fonte: Censo Escolar - INEP/MEC | IBGE | Produção própria dos autores

1p.p.: Pontos percentuais

2Azul: taxa líquida 2021 > 2019 | Laranja: taxa líquida 2021 < 2019

Tabela-Apêndice-II 5: Taxa Bruta de Matrícula de Fundamental-II total (pública e privada) - Unidades Federativas

UF	2019	2021	Diferença 2019 e 2021(p.p)12
Sudeste (Fundamental-II)			
RJ	99.7%	100%	+0.3p.p.
ES	100.4%	102.2%	+1.8p.p.
MG	101.5%	106.8%	+5.3p.p.
SP	99.2%	101.6%	+2.4p.p.

UF	2019	2021	Diferença 2019 e 2021(p.p)12
Centro-Oeste (Fundamental-II)			
DF	96.8%	102.1%	+5.3p.p.
GO	98.9%	97.2%	-1.7p.p.
MS	103.4%	105.7%	+2.3p.p.
MT	97.8%	100.3%	+2.5p.p.
Nordeste (Fundamental-II)			
AL	90.5%	96%	+5.5p.p.
BA	97.6%	103.5%	+5.9p.p.
CE	96.8%	100.6%	+3.8p.p.
MA	93.9%	100.8%	+6.9p.p.
PB	97.1%	104.7%	+7.6p.p.
PE	93.3%	97.5%	+4.2p.p.
PI	94.7%	104.1%	+9.4p.p.
RN	96.8%	101.9%	+5.1p.p.
SE	100.4%	106%	+5.6p.p.
Norte (Fundamental-II)			
AC	90.4%	95.1%	+4.7p.p.
AM	93.9%	96.2%	+2.3p.p.
AP	87.2%	87.6%	+0.4p.p.
PA	93.9%	101.4%	+7.5p.p.
RO	106.2%	109.5%	+3.3p.p.
RR	104.5%	99.9%	-4.6p.p.
TO	100%	104.8%	+4.8p.p.

UF	2019	2021	Diferença 2019 e 2021(p.p)12
Sul (Fundamental-II)			
PR	103.3%	98.4%	-4.9p.p.
RS	102.8%	105.5%	+2.7p.p.
SC	109%	113.9%	+4.9p.p.

Fonte: Censo Escolar - INEP/MEC | IBGE | Produção própria dos autores

1p.p.: Pontos percentuais

2Azul: taxa líquida 2021 > 2019 | Laranja: taxa líquida 2021 < 2019

Tabela-Apêndice-II 6: Taxa Bruta de Matrícula de Ensino Médio total (pública e privada) - Unidades Federativas

UF	2019	2021	Diferença 2019 e 2021(p.p)12
Sudeste (Ensino Médio)			
RJ	85%	88.6%	+3.6p.p.
ES	65.8%	76%	+10.2p.p.
MG	84.2%	80.7%	-3.5p.p.
SP	83.8%	90.1%	+6.3p.p.
Centro-Oeste (Ensino Médio)			
DF	78.2%	83.7%	+5.5p.p.
GO	76.2%	84.3%	+8.1p.p.
MS	83.6%	88%	+4.4p.p.
MT	89.6%	95.5%	+5.9p.p.
Nordeste (Ensino Médio)			
AL	62.9%	71%	+8.1p.p.

UF	2019	2021	Diferença 2019 e 2021 (p.p) ¹²
BA	75%	90.8%	+15.8p.p.
CE	83.7%	88%	+4.3p.p.
MA	72.4%	67.7%	-4.7p.p.
PB	68.9%	77%	+8.1p.p.
PE	72.2%	75.1%	+2.9p.p.
PI	75.8%	80.5%	+4.7p.p.
RN	77.3%	83.2%	+5.9p.p.
SE	68.9%	75.6%	+6.7p.p.
Norte (Ensino Médio)			
AC	68.6%	73.6%	+5p.p.
AM	89.1%	91.5%	+2.4p.p.
AP	65%	69.9%	+4.9p.p.
PA	73.3%	81.2%	+7.9p.p.
RO	69.1%	80.3%	+11.2p.p.
RR	74.3%	84.3%	+10p.p.
TO	77.5%	83.2%	+5.7p.p.
Sul (Ensino Médio)			
PR	85.1%	81.3%	-3.8p.p.
RS	74.2%	79.1%	+4.9p.p.
SC	87.8%	96%	+8.2p.p.

Fonte: Censo Escolar - INEP/MEC | IBGE | Produção própria dos autores

1p.p.: Pontos percentuais

2Azul: taxa líquida 2021 > 2019 | Laranja: taxa líquida 2021 < 2019

Tabela-Apêndice-II 7: Taxa Bruta de Matrícula | Creche - estado do Rio de Janeiro

Rede	2017	2018	2019	2020	2021
Creche					
Total	27,1	27,6	28,6	27,4	24,4
Privada	11,5	11,6	11,7	10,5	8,1
Municipal	15,6	16,0	16,9	16,9	16,3
Estadual	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Federal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Censo Escolar - INEP/MEC | IBGE | Produção própria dos autores

1Azul: taxa bruta 2021 > 2019 | Laranja: taxa bruta 2021 < 2019

Tabela-Apêndice-II 8: Taxa Bruta de Matrícula | Pré-escola - estado do Rio de Janeiro

Rede	2017	2018	2019	2020	2021
Pré-escola					
Total	83,5	83,5	83,7	82,5	77,2
Privada	31,9	31,3	31,0	28,8	22,6
Municipal	51,5	52,0	52,6	53,6	54,6
Estadual	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Federal	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1

Fonte: Censo Escolar - INEP/MEC | IBGE | Produção própria dos autores

1Azul: taxa bruta 2021 > 2019 | Laranja: taxa bruta 2021 < 2019

Tabela-Apêndice-II 9: Taxa Bruta de Matrícula | Fundamental-I - estado do Rio de Janeiro

Rede	2017	2018	2019	2020	2021
Fundamental-I					
Total	106,8	105,5	105,3	103,8	100,3
Privada	34,8	34,9	34,8	33,8	30,2
Municipal	71,4	70,1	70,0	69,5	69,7
Estadual	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1
Federal	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3

Fonte: Censo Escolar - INEP/MEC | IBGE | Produção própria dos autores

1Azul: taxa bruta 2021 > 2019 | Laranja: taxa bruta 2021 < 2019

Tabela-Apêndice-II 10: Taxa Bruta de Matrícula | Fundamental-II - estado do Rio de Janeiro

Rede	2017	2018	2019	2020	2021
Fundamental-II					
Total	101,2	101,9	99,7	100,1	100,0
Privada	28,0	28,4	28,0	27,7	26,4
Municipal	53,6	54,4	52,3	52,3	54,8
Estadual	19,0	18,4	18,7	19,4	18,2
Federal	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7

Fonte: Censo Escolar - INEP/MEC | IBGE | Produção própria dos autores

1Azul: taxa bruta 2021 > 2019 | Laranja: taxa bruta 2021 < 2019

Tabela-Apêndice-II 11: Taxa Bruta de Matrícula | Ensino Médio - estado do Rio de Janeiro

Rede	2017	2018	2019	2020	2021
Ensino Médio					
Total	79,2	82,4	85,0	90,0	88,6
Privada	17,2	17,3	17,4	17,5	17,8
Municipal	0,6	0,5	0,5	0,5	0,5
Estadual	58,6	61,6	63,9	68,8	67,2
Federal	2,7	3,0	3,1	3,2	3,0

Fonte: Censo Escolar - INEP/MEC | IBGE | Produção própria dos autores

1Azul: taxa bruta 2021 > 2019 | Laranja: taxa bruta 2021 < 2019

Tabela-Apêndice-II 12: Taxa Bruta de Matrícula | Creche - Brasil

Rede	2017	2018	2019	2020	2021
Creche					
Total	28,8	30,3	31,8	31,0	29,0
Privada	10,0	10,4	11,0	10,3	8,6
Municipal	19,1	20,1	21,1	21,0	20,6
Estadual	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Federal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Censo Escolar - INEP/MEC | IBGE | Produção própria dos autores

1Azul: taxa bruta 2021 > 2019 | Laranja: taxa bruta 2021 < 2019

Tabela-Apêndice-II 13: Taxa Bruta de Matrícula | Pré-escola - Brasil

Rede	2017	2018	2019	2020	2021
Pré-escola					
Total	87,8	88,3	87,8	87,1	83,7
Privada	20,3	20,3	20,3	18,9	15,3
Municipal	67,3	67,9	67,4	68,2	68,3
Estadual	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9
Federal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Censo Escolar - INEP/MEC | IBGE | Produção própria dos autores

1Azul: taxa bruta 2021 > 2019 | Laranja: taxa bruta 2021 < 2019

Tabela-Apêndice-II 14: Taxa Bruta de Matrícula | Fundamental-I - Brasil

Rede	2017	2018	2019	2020	2021
Fundamental-I					
Total	104,6	104,0	103,3	101,7	99,2
Privada	19,2	19,6	19,8	19,3	17,8
Municipal	72,0	71,4	70,8	70,2	69,9
Estadual	14,2	13,9	13,6	13,0	12,3
Federal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Censo Escolar - INEP/MEC | IBGE | Produção própria dos autores

1Azul: taxa bruta 2021 > 2019 | Laranja: taxa bruta 2021 < 2019

Tabela-Apêndice-II 15: Taxa Bruta de Matrícula | Fundamental-II - Brasil

Rede	2017	2018	2019	2020	2021
Fundamental-II					
Total	97,0	98,2	98,6	100,1	102,0
Privada	14,5	14,9	15,2	15,4	15,3
Municipal	42,0	42,7	42,9	43,7	46,3
Estadual	41,0	41,1	41,0	41,5	40,9
Federal	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1

Fonte: Censo Escolar - INEP/MEC | IBGE | Produção própria dos autores

1Azul: taxa bruta 2021 > 2019 | Laranja: taxa bruta 2021 < 2019

Tabela-Apêndice-II 16: Taxa Bruta de Matrícula | Ensino Médio - Brasil

Rede	2017	2018	2019	2020	2021
Ensino Médio					
Total	80,4	80,1	79,3	81,1	84,2
Privada	9,8	9,7	9,9	9,9	10,1
Municipal	0,5	0,4	0,4	0,4	0,5
Estadual	68,1	67,8	66,6	68,2	71,1
Federal	1,9	2,2	2,4	2,5	2,5

Fonte: Censo Escolar - INEP/MEC | IBGE | Produção própria dos autores

1Azul: taxa bruta 2021 > 2019 | Laranja: taxa bruta 2021 < 2019



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

